



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



EDITAL DE LICITAÇÃO SIGA Nº TRF2-EDT-2024/00023 de 22 de março de 2024

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Rua Acre nº 80 – sala 1004 – Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20081-000

Telefones: 2282-8682 / 2282-8016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2024

Proc. nº (TRF2-EOF-2023/00269)

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2023/0547 de 27/11/2023, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da *internet*, no sítio **www.gov.br/compras**. O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: 12/04/2024

Horário (de Brasília): 13:00 horas

Local: www.gov.br/compras

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Planilhas de Formação de Preços;

Anexo III - Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021;

Classif. documental

00.01.01.17



TRF2EDT202400023A

Anexo IV - Declaração de acordo com o inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções nº 9 de 06/12/2005 e 229 de 22/06/2016 do CNJ;

Anexo V - Declaração de acordo com o artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução 9 de 06.12.2005 do CNJ;

Anexo VI - Declaração conforme Res. nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça;

Anexo VII - Termo de Conciliação Judicial;

Anexo VIII - Modelo de Declaração de Contratos Firmados;

Anexo IX - MODELO DE DOCUMENTOS IN 001/2016 CJF;

Anexo X - Minuta do Contrato Administrativo.

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços técnicos de instalação, operação e manutenção (preventiva e corretiva) dos equipamentos e instalações dos sistemas audiovisuais, bem como da infraestrutura da rede de cabeamento de telecomunicações do TRF 2ª Região, com alocação de mão de obra especializada e fornecimento de todo o material de consumo e insumos necessários, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I deste edital.

1.1 - O objeto da presente licitação é uno e indivisível e será adjudicado a uma única licitante.

1.2 - LOCAIS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:

1.2.1- Rua Acre n.80, Centro, Rio de Janeiro-RJ (Prédio Principal);

1.2.2- Rua Visconde de Inhaúma, 68 - Centro - RJ (anexo);

1.2.3 - Avenida Rio Branco, 241 - Centro - RJ (anexo);

1.2.4 - Avenida Rio Branco, 243 – Anexo I – 13º e 14º andares - Centro – RJ (EMARF).

1.2.5 - Fora das instalações da CONTRATANTE, limitado a 6 (seis) eventos por ano e com duração máxima por evento limitada de 5 (cinco) dias.

1.3 - VISTORIA



1.3.1 - A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura do Edital, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, sanar todas as dúvidas técnicas e tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação. Esta vistoria é considerada suficiente para que o licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados.

1.3.2- As visitas serão realizadas de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 16:00, devendo ser previamente agendadas com a Seção de Manutenção de Telefonia (SECTEL) pelo tel 2282-8084 /8090. ou pelo e-mail sectel@trf2.jus.br.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio www.gov.br/compras.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via internet, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;

2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;



2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016;

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998;

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.10 - As sociedades cooperativas de mão de obra, constituídas nos termos da Lei nº 5.764, de 16/02/1971, tendo em vista o Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho, bem assim as condições previstas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.4 – Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 - A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.

2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabelião de Notas;

2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.8 - Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no artigo 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991, e alterações, e nos artigos 108, 110, 111, e 112, da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17/10/2022, a licitante Microempresa - ME ou



Empresa de Pequeno Porte - EPP, optante pelo Simples Nacional, que, porventura, venha a ser contratada, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência de sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem os artigos 17, inciso XII, 30, inciso II, e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

2.8.1 - A licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura, venha a ser contratada, após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do §1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

2.8.2 - Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no artigo 29, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

2.8.3 - A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra não se aplica às atividades de que trata o artigo 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, conforme dispõe o artigo 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do sítio www.gov.br/compras.

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;



3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, no **VALOR TOTAL ANUAL**, conforme modelo de Planilha Totalizadora de Preços, constante do Anexo II F deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet.

4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o Contrato, assim como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 – Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;



5.1.6 - Planilhas detalhadas da composição do custo e formação do preço final de cada item, englobando as categorias profissionais que o compõem e o valor total da proposta (remuneração, encargos sociais, insumos e demais componentes) de cada categoria profissional e o valor total mensal dos serviços e materiais, conforme modelos de planilhas constantes do Anexo II deste Edital;

5.1.6.1- A Planilha detalhada da composição do custo e formação do preço final das categorias profissionais (remuneração, encargos sociais, insumos e demais componentes) e dos materiais de reposição serão elaboradas conforme modelos de planilhas constantes do Anexo II deste Edital;

5.1.6.2 - Os salários normativos, bem como os benefícios vigentes utilizados como base para preenchimento da Proposta Comercial, na data prevista para a abertura da licitação, deverão atender, **no mínimo**, à Convenção Coletiva de Trabalho 2023/2025, para as categorias profissionais representadas pelo SINDICATO DA INDÚSTRIA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, GÁS, HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SINTRAINDISTAL / SINDISTAL, reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, devidamente homologada, ou a que lhe suceder, na hipótese de inexistência de Acordo Coletivo de Trabalho específico;

5.1.6.3 - O preços serão apresentados em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Planilhas de Preços, constante do Anexo II deste edital;

5.1.7 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes à prestação dos serviços deverão estar incluídas no preço proposto;

5.1.8- O preenchimento dos percentuais encontrados na Planilha de Formação de Preços nos termos da legislação pertinente;

5.1.9 - O valor da hora extra dos profissionais que compõem o efetivo;

5.1.9.1 - Os valores de hora extra não integram as Planilhas de Formação de Preços.

5.1.9.2 - A licitante vencedora deverá apresentar junto com a proposta a memória de cálculo das horas-extras.

5.1.10 - Preenchimento das planilhas de modo que as empresas optantes pelo SIMPLES não sejam beneficiadas da condição de optante, havendo de ser desconsiderado o tratamento tributário diferenciado.

5.1.11 - Cópia do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho utilizado como base para formulação da proposta.



5.1.12 - O valor da remuneração dos empregados terceirizados, de modo que não seja inferior ao previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho, ou ainda, se for o caso, ao fixado pela Administração.

5.1.13 - Os preços dos custos de vale alimentação/refeição e de vale-transporte dos empregados terceirizados.

5.1.13.1 - O pagamento de vale alimentação/refeição e de vale-transporte será obrigatório, ainda que não esteja previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

5.1.13.2 - O fornecimento de alimentação no local de trabalho, caso previsto em Acordo e/ou Convenção Coletiva de Trabalho, será possível, tendo em vista a possibilidade de disponibilização de refeitório para o efetivo a ser alocado nos prédios do Contratante.

5.1.14 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;

5.1.15 - **Prazo de vigência do contrato: 01 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante, podendo ser prorrogado na forma autorizada pelo art. 107 da lei nº 14.133/21;

5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.14 e 5.1.15, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.

5.3 - Depois de solicitada pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a proposta de preços da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos de habilitação complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, através do próprio Sistema Compras.gov.br.

5.3.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e dos documentos complementares de habilitação.

5.4 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.5 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.



5.6 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos serviços no Compras.gov.br e o disposto no Anexo I -Termo de Referência, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.7 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.7.1 - contiverem vícios insanáveis;

5.7.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.7.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF - 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF - 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.



6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivos ou inexequíveis.

6.8 - O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.9 - O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.10 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.11 - O preço máximo unitário por profissional deverá observar o modelo de planilha constante do Anexo II.

7 - DA COMPETITIVIDADE (Formulação de Lances)

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor total anual** do objeto desta licitação (**VALOR TOTAL DA PLANILHA TOTALIZADORA - ANEXO II F**) conforme modelo de planilha de preços constante do Anexo II deste Edital, sob pena de desclassificação.

7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.

7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.7.4. A diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, **R\$ 200,00 (duzentos reais)**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - A apresentação de novas propostas na forma do subitem 7.10 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.12 - Definido o resultado do julgamento, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.12.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.12.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL (VALOR TOTAL DA PLANILHA TOTALIZADORA CONSTANTE DO ANEXO II F)**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será aceita sua proposta e habilitada como licitante vencedora;

8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.4.3 - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.4.4 - A obtenção de benefícios a que se referem os subitens anteriores fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.4.5 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123 /2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.5 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.



8.6 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

8.6.1 - disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.6.2 - avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na lei;

8.6.3 - desenvolvimento pelas licitantes de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme artigo 5º, do Decreto nº 11.430/2023;

8.6.4 - desenvolvimento pelas licitantes de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.7 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.7.1 - empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro;

8.7.2 - empresas brasileiras;

8.7.3 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.7.4 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.8 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no item 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.9 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL (VALOR TOTAL DA PLANILHA TOTALIZADORA - ANEXO II F)**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.

8.10 - Na hipótese de a proposta de menor preço total anual não ser aceitável ou se a licitante vencedora não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.



8.11 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

8.12 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.12.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.13 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 - O pregoeiro, constatando o atendimento às exigências fixadas no Edital, aceitará a proposta mais bem classificada e habilitará a licitante.

8.15 - Após, a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará o certame.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.



9.1.2 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;

9.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.4 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio.

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019 e 103/2021);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;



9.3.8 - A consulta on-line deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro.

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Compras.gov.br, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 /2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;

9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal;

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.

9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.4.9 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.



9.4.10 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.4.11 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.12 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.11, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

9.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 - Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia - CREA, comprovando o registro da licitante na área de Engenharia de Telecomunicações, Eletrônica ou Eletrotécnica.

9.5.2 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;

9.5.2.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de, um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m):

9.5.2.1.1 - Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, que comprove a execução de serviços de complexidade operacional equivalente ou superior aos do objeto deste Termo, em nome da licitante, contendo referência à prestação de serviços de manutenção de sistemas audiovisuais, com alocação de, no mínimo, 03 (três) profissionais residentes, que equivale a aproximadamente 30% (trinta por cento) do total do efetivo da presente contratação;

9.5.2.2 - Experiência mínima de 2 (dois) anos na prestação de serviços de manutenção de sistemas audiovisuais, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão;

9.5.2.2.1 - Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;

9.5.2.2.2 - Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos, registros em órgãos oficiais ou outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro.



9.5.2.2.3 - No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho

9.5.3 - Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica;

9.5.4 - Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

9.5.5 - Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone e e-mail do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

9.5.6 - A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

9.6 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.6.1 - Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativos aos dois últimos exercícios sociais, assinados pela ou pelo representante legal e pela ou pelo contabilista responsável, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

9.6.1.1 - Os documentos referidos no subitem anterior limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos.

9.6.1.2 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.6.2 - Apresentação de Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, datadas de até 90 (noventa) dias anteriores à apresentação da proposta de preços.

9.6.3 - Os documentos exigidos nos subitens 9.6.1 deverão comprovar:

9.6.3.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

9.6.3.1.1 - A comprovação dos índices econômicos pode ser substituída pelos registros respectivos consignados no SICAF ou por declaração assinada por profissional habilitado da área contábil.



9.6.4 - Relação de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data da sessão pública de abertura do procedimento licitatório, contendo o nome do contratante, do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), a data de assinatura do contrato, a vigência e o valor anual do contrato, ou, se o contrato tiver sido assinado com vigência inferior a 12 (doze) meses, o valor total do contrato, conforme ANEXO VIII.

9.6.5 - O valor total da relação de contratos de que trata o subitem 9.6.4, que apresentar divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação ao valor da receita bruta apresentado na DRE, deverá estar acompanhado das devidas justificativas a respeito da divergência.

9.6.6 - A Administração do TRF 2ª REGIÃO fixará prazo para apresentação das justificativas de que trata o subitem 9.6.4, quando não forem entregues concomitantemente à documentação exigida no processo licitatório.

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRES	Elemento de Despesa
02.061.0033.4257.6013	168.413	33.90.37.06

11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

11.1 – O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção “Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento”, e no sítio: www.gov.br/compras, na opção “visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos”, ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo Pregoeiro.

11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura do certame, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

11.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.



11.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

11.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

12 - DOS RECURSOS

12.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o Pregoeiro aceitar a proposta da licitante vencedora.

12.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

13.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante vencedora será convocada para assinatura do instrumento contratual junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

13.1.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão, o TRF - 2ª Região poderá encaminhar os documentos por meio eletrônico.

13.2 - A convocação de que trata o subitem 13.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF - 2ª Região, mediante solicitação, devidamente justificada por parte da licitante, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

13.2.1 - A Contratada deverá apresentar, antes do início da prestação dos serviços, apólice de seguro de vida dos prestadores de serviços vinculados ao contrato, em conformidade com a disposição constante da Convenção Coletiva firmada pelo Sindicato representativo de cada categoria profissional (SINDICATO DA INDÚSTRIA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, GÁS,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SINTRAINDISTAL / SINDISTAL) vigente na data prevista para a abertura desta licitação.

13.3 - No ato da assinatura do Contrato, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta on-line junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

13.4 - Ao assinar o instrumento contratual, a empresa adjudicatária obriga-se a prestar os serviços e entregar os materiais a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

13.5 - É facultado ao TRF - 2ª Região, quando o convocado não assinar o Contrato nos prazos e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

13.6 - A recusa injustificada da licitante classificada em assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei.

13.7 - Após o prazo de vigência inicial, o Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, por meio de aditamento, na forma autorizada pelo art. 107 da lei nº 14.133/21, desde que preenchidos, cumulativamente, a cada prorrogação, os seguintes requisitos:

13.7.1 - os serviços tenham sido prestados regularmente;

13.7.2 - a Contratada não tenha sofrido punição de natureza pecuniária por mais de 3 (três) vezes no TRF - 2ª Região, a cada período de vigência do contrato;

13.7.3 - o TRF - 2ª Região tenha interesse na continuidade dos serviços;

13.7.4 - o valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para o TRF - 2ª Região, permitida a negociação com a Contratada ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;

13.7.5 - a Contratada concorde com a prorrogação;

13.7.6 - A vantajosidade econômica para a prorrogação de contratos de serviços terceirizados de natureza continuada, de que trata o subitem 13.7.4, estará assegurada, dispensando-se a realização de pesquisa de preços, quando:



TRF2EDT202400023A

13.7.6.1 - houver previsão contratual de que as repactuações dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuadas com base em convenção ou acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou lei, previamente definidos no edital;

13.7.6.2 - houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos, materiais e equipamentos serão efetuados com base em índices oficiais de preços, previamente definidos no edital;

13.7.7 - Nos contratos de serviços terceirizados de natureza continuada, os custos fixos ou variáveis não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados, mediante negociação e como condição para a renovação.

13.7.7.1 - A parcela mensal a título de Aviso Prévio Trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, nos termos dos Acórdãos TCU nº 1904/2007 e 3006/2010, ambos do Plenário.

13.7.7.2 - Em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo de prorrogação do ajuste, conforme ditames da Lei 12.526/2011.

13.8 - GARANTIA CONTRATUAL: - Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, o TRF - 2ª Região exigirá da empresa Contratada a prestação de garantia, podendo a mesma optar pelas modalidades de caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, de acordo com o artigo 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato a ser firmado.

13.8.1 - A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante, exceto o seguro-garantia, que será observado o disposto no §3º, do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

13.8.2 - Em caso de contrato com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subsequentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação do percentual previsto no subitem anterior.

13.8.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual acarretará a aplicação de multa de **0,1%** do **valor mensal** do contrato por dia de atraso, até o máximo de **2%**

13.8.4 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

13.8.4.1 - Prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento;



13.8.4.2 - Multas aplicadas pela fiscalização à Contratada;

13.8.4.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução contratual;

13.8.4.4 - Obrigações trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível.

13.8.5 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

13.8.6 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza ao TRF - 2ª Região a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

13.8.6.1 - O bloqueio efetuado com base no subitem 13.8.6 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

13.8.6.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no subitem 13.8.6 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

13.8.6.3 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

13.8.7 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TRF - 2ª Região com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

13.8.8 - A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, sendo atualizada monetariamente quando em dinheiro.

13.8.9 - Será considerada extinta a garantia:

13.8.9.1- Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

13.8.9.2 - Com a extinção do contrato.



13.8.10 - O TRF - 2ª Região não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

13.8.10.1 - Caso fortuito ou força maior;

13.8.10.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo TRF - 2ª Região;

13.8.10.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

13.8.10.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do TRF - 2ª Região;

13.8.11 - Caberá ao TRF - 2ª Região apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 13.8.10.2 e 13.8.10.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo administrativo;

13.9 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

13.9.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

13.10 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09 de 06/12/2005.

13.10.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo V do presente Edital, que deverá ser entregue no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato;

13.11 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.



13.11.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pelo(s) empregados(s) no exercício de cargo/função de chefia, alocado(s) na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo VI do presente Edital e da apresentação das certidões mencionadas na aludida Declaração;

13.12 - O prazo máximo para apresentação das declarações e certidões mencionadas nos subitens 13.10.1 e 13.11.1 será de 30 (trinta) dias a contar do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato.

13.13 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

13.13.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

14 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

14.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do presente Contrato será recebido mediante termo detalhado e da seguinte forma:

14.1.1 - Provisoriamente – pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

14.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

14.1.2.1 - O atesto será lavrado na mesma data do “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas;

14.2 - Os termos serão emitidos pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designados na forma estabelecida no subitem 14.5 deste edital, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto às especificações do Edital e seus anexos;

14.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.



14.3.1 - Na hipótese de fornecimento de materiais, o recebimento provisório ou definitivo não excluirá, ainda, a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF - 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

14.3.2 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

14.4 - O aceite / aprovação do(s) produtos/serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990;

14.5 - Após a celebração do contrato, o TRF - 2ª Região designará servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato.

15 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente por ela indicada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos).

15.1.1 - A liquidação da despesa deverá ser realizada no mesmo prazo, contado do recebimento do documento fiscal, após a certificação do cumprimento da obrigação;

15.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.

15.1.4 - Para fins do disposto no item 15.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

15.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, **acompanhado do Relatório Técnico Mensal e a Planilha de Materiais efetivamente utilizados no período** e dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:



15.2.1 - Comprovante de regularidade perante a Fazenda Nacional (CND), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e a Justiça do Trabalho (CNDT);

15.2.2 - Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos empregados da empresa contratada que estejam prestando serviços nas dependências do TRF - 2ª Região;

15.2.2.1 - A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo TRF - 2ª Região, através de folha de ponto, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre este valor.

15.2.2.2 - A folha de pagamento e os cartões de ponto, terão como período correspondente à prestação dos serviços o mês comercial, excetuando-se as folhas do primeiro e último mês de execução contratual onde será considerado o período pro rata;

15.2.3 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante;

15.2.4 - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP) com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário;

15.2.5 - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP;

15.2.6 - Comprovações de entrega de vale-transporte aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do TRF - 2ª Região, correspondente ao mês do documento fiscal;

15.2.6.1 - A comprovação da entrega de vale-transporte será feita com a apresentação de comprovante de recarga de cartões em nome de cada funcionário, acompanhado do comprovante de pagamento total realizado pela Contratada à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos funcionários constante do contrato, contendo o valor do vale-transporte, o valor de desconto, data de recebimento e assinatura de todos os funcionários;

15.2.7 - Comprovações de auxílio alimentação/refeição dos empregados, correspondentes ao mês do documento fiscal;

15.2.7.1 - A comprovação da entrega de auxílio alimentação/refeição dar-se-á com a apresentação de comprovante da empresa fornecedora dos cartões com a lista de todos os empregados da Contratada, acompanhada do comprovante de pagamento total realizado pela mesma à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos empregados constante do Contrato, contendo o valor do auxílio-alimentação, data de recebimento e assinatura dos profissionais.



15.2.8 - Quadro resumo de frequências e faltas referentes ao mês;

15.2.9 - Cópia da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS, quando houver rescisão sem justa causa;

15.2.10 - Cópia do Termo de Rescisão, quando houver rescisão do contrato do trabalhador, com a devida homologação pela entidade sindical, se for o caso;

15.3 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Edital e no Contrato;

15.4 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

15.4.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

15.5 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 15.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

15.6 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

15.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

15.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 15.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

15.8 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

16 - DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS

16.1 - A disciplina relativa ao recolhimento dos encargos trabalhistas está prevista no Contrato - Anexo X deste Edital.



17 - DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

17.1 - A disciplina relativa à repactuação e ao reajuste de preços está prevista no Contrato - Anexo X deste Edital.

18 - DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONTRATO

18.1 - A disciplina relativa à fiscalização do contrato está prevista no Contrato - Anexo X deste Edital.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1 - A disciplina relativa às obrigações da Contratada está prevista no Contrato - Anexo X deste Edital.

20 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

20.1 - A disciplina relativa às obrigações do Contratante está prevista no Contrato - Anexo X deste Edital.

21 - DAS SANÇÕES

21.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

21.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

21.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

21.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.1.5 - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

21.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



21.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

21.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

21.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

21.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

21.2.1 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

21.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 21.1.2, 21.1.3, 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6 e 21.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

21.1.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 21.1.8, 21.1.9, 21.1.10, 21.1.11 e 21.1.12 acima, bem como nos subitens 21.1.2, 21.1.3, 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6 e 21.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 21.1.2.

21.1.3.1 - Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.1.4 - Multa:

21.1.4.1 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais constantes do Edital, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa entre 0,5% e 1,0% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitada ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de 1 (um) item obrigatório concomitantemente, caso não sejam acatadas as justificativas apresentadas.



21.1.4.2 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

21.1.4.3 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

21.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

21.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

21.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

21.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

21.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;

21.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,02% e 0,5%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

21.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

21.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;



b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

21.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

21.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021.

21.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

22.1 - A disciplina relativa ao Instrumento de Medição de Resultados - IMR está prevista no Contrato - Anexo X deste Edital.

23 - MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

23.1 - A disciplina relativa à Matriz de Alocação de Riscos está prevista no Contrato - Anexo X deste Edital.



24 DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

24.1 - A presente Cláusula tem por objeto atender aos dispositivos consignados na Lei nº 13.709/2018, e nas Resoluções nº 363 de 12/01/21 do CNJ e nº TRF2-RSP-2022/00031 de 01/04/2022 deste E. Tribunal.

24.2 – DOS AGENTES DE TRATAMENTO:

24.2.1 - Para efeitos de proteção dos dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato o Contratante e a Contratada assumem as obrigações de controladores de dados, na forma de controladoria conjunta, dada a convergência das finalidades do tratamento de dados pessoais no âmbito contratual.

24.3 – DAS OBRIGAÇÕES:

24.3.1 - As Partes obrigam-se a tratar os dados pessoais coletados de acordo com a legislação vigente aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei nº 13.709/2018, a Lei nº 12.965/2014 e o Decreto nº 8.771/2016 (Marco Civil da Internet), no que couber.

24.3.2 – Ficam as Partes obrigadas a adotar medidas de segurança, técnicas e organizacionais apropriadas contra o tratamento de dados não autorizado ou ilegal, a perda, a destruição acidental ou eventuais danos aos dados pessoais, incluindo as medidas estabelecidas em Políticas de Privacidade compatíveis com os ditames da lei (artigo 46, da LGPD).

24.3.3 – As partes garantem que:

a) o tratamento de dados pessoais será feito conforme as hipóteses previstas nos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

b) o tratamento de dados pessoais será limitado às atividades necessárias ao alcance das finalidades da contratação, vedado às partes a utilização e/ou o compartilhamento dos dados pessoais para finalidade diversa, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal (artigo 6º incisos I, II e III, artigo 7º, § 3º da LGPD).

c) o eventual compartilhamento dos dados pessoais com outras empresas ou pessoas, na forma acima, deve se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual ou conforme as hipóteses previstas nos arts. 7º, 11, 14 e/ou 23 da Lei 13.709/2018.

d) será mantido registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizam para a execução deste contrato. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, toda informação e documentação necessárias para demonstrar cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato ou na legislação pertinente.



24.3.4 - A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados, servidores e/ou colaboradores acerca das obrigações e condições acordadas neste instrumento contratual, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujas regras deverão ser aplicadas ao tratamento dos dados pessoais por eles realizados. A CONTRATADA responsabiliza-se por eventuais descumprimentos.

24.3.5 - A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE relativos aos dados pessoais, em caso de desligamento do empregado, servidor e/ou colaborador das atividades inerentes à execução deste Contrato.

24.3.6 - As Partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares, nos termos previstos na LGPD e na legislação de regência, e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, do Ministério Público, Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e demais órgãos de controle.

24.3.7 - A CONTRATADA deverá comunicar por escrito ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer incidente que implique risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, apresentando as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD, cabendo ao CONTRATANTE as demais obrigações de comunicação previstas no referido artigo.

a) A CONTRATADA poderá enviar informações de forma gradual somente no caso em que não disponha imediatamente de todas as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD.

24.3.8 - Em caso de subcontratação, a CONTRATADA garante a assunção das obrigações referentes à proteção de dados pessoais pela subcontratada, devendo os serviços prestados por esta ser executados de acordo com o disposto neste contrato. A CONTRATADA assume responsabilidade administrativa e civil pelos atos por praticados pela subcontratada.

24.4 – DA RESPONSABILIDADE:

24.4.1 - Eventual responsabilidade das Partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e em consonância com as disposições constantes da Seção III, Capítulo VI da LGPD.

24.4.2 - As Partes responderão administrativa e judicialmente se causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares dos dados pessoais tratados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD e à legislação de regência.

24.5 - DO TÉRMINO DO TRATAMENTO:

24.5.1 - Encerrada a vigência do Contrato ou sendo verificado que os dados pessoais deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade, as Partes se comprometem a eliminar todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal, exercício regular de direito ou outra hipótese prevista na LGPD ou na legislação pertinente.



24.5.2 - Na hipótese de ajuizamento de ação trabalhista, as partes estão autorizadas a guardar os dados pessoais até o trânsito em julgado ou, sendo o caso, até a quitação dos valores devidos.

24.5.3 - A eliminação dos dados abrange todas as cópias existentes, em formato digital ou físico.

25 - DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1 - Fica assegurado ao TRF - 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

25.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sítios: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e www.gov.br/compras, opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

25.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133 /2021;

25.1.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

25.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

25.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, a Administração poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

25.3 - O contrato decorrente do presente Pregão poderá ser alterado, observadas as disposições insertas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021:

25.3.1 - A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços e nas compras, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamentos, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

25.3.2 - As alterações unilaterais a que se refere o subitem 25.3.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



25.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente.

- assinado eletronicamente -
FERNANDA DE ANDRADE VECCHI
Coordenadora - COLICI



TERMO DE REFERÊNCIA TRF2-TER-2023/00346 AJUSTADO

01. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1 - OBJETO:

Contratação de empresa especializada para execução de serviços técnicos de instalação, operação e manutenção (preventiva e corretiva) dos equipamentos e instalações dos sistemas audiovisuais, bem como da infraestrutura da rede de cabeamento de telecomunicações do TRF 2ª Região, com alocação de mão de obra especializada e fornecimento de todo o material de consumo e insumos necessários.

1.1.1 - Locais de Execução:

1.1.1.1- Rua Acre n.80, Centro, Rio de Janeiro-RJ (Prédio Principal);

1.1.1.2- Rua Visconde de Inhaúma, 68 - Centro - RJ (anexo);

1.1.1.3 - Avenida Rio Branco, 241 - Centro - RJ (anexo);

1.1.1.4 - Avenida Rio Branco, 243 – Anexo I – 13º e 14º andares - Centro – RJ (EMARF).

1.1.1.5 - Fora das instalações da CONTRATANTE, limitado a 6 (seis) eventos por ano e com duração máxima por evento limitada de 5 (cinco) dias.

1.2- METAS FÍSICAS:

1.2.1 - Possibilitar um perfeito funcionamento e operação dos sistemas audiovisuais e do cabeamento de telecomunicações da CONTRATANTE

1.2.2 - Código SIASG: 2519-4

1.3 - DESCRIÇÃO DO SISTEMA E EQUIPAMENTOS:

1.3.1 Os serviços em questão atenderão as necessidades de mão de obra especializada de 06 (seis) setores distintos da Contratante, descritos a seguir:

1.3.1.1 - Assessoria de Relações Institucionais e Cerimonial (doravante denominada ARIC);

1.3.1.2 Assessoria de Comunicação Interna (doravante denominada ACOM);

1.3.1.3 Escola de Magistratura Regional Federal (doravante denominada EMARF);

1.3.1.4 Coordenadoria de Educação Corporativa (doravante denominada CEDUC);



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



SIGA



TRF2EDT202400023A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

SIGA

- 1.3.1.5 Núcleo de Recursos Fonográficos (doravante denominada NUREF);
- 1.3.1.6 Seção de Manutenção de Telecomunicações (doravante denominada SECTEL).
- 1.3.2 – Os gestores serão designados dentre os servidores lotados em cada um dos setores descritos no item anterior.
- 1.3.3 – A SECTEL é o setor da CONTRATANTE responsável em gerenciar junto ao preposto da CONTRATADA a mão de obra disponibilizada, de forma a atender as necessidades estabelecidas neste Termo de Referência.
- 1.3.4 - Os equipamentos em que a CONTRATADA fará a manutenção estão descritos nas planilhas abaixo:
- 1.3.4.1 - SECTEL:

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	Patrimônio
1	Mixer Cygnus – modelo MM 800	01	0401080001
2	Microfone Profissional Le Son SM-58	02	0405030017 0405030016
3	Ativador de RF em cada linha de microfone	06	SEM PATRIMÔNIO
4	Pré-amplificador DELTA MOD. DBR 908	01	2301150001
5	Gongo Unic. MOD. GO 800	01	2301160001
6	Amplificador SANKIA, MOD. SPL – 150	04	2301170001 2301170002 2301170003 2301170004
7	Mixer, marca Unic, modelo MM800	01	0473030001
8	Amplificador, marca Appotek, modelo AKL 250	01	0401220001
9	Amplificador, marca Appotek, modelo K5b	02	0401210001 0401210002
10	Amplificador, marca HAYONIK, modelo SA 2600	04	18008 / 18009 18010 / 18011
11	Amplificador NCH PWM 300 70V	01	SEM PATRIMÔNIO



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

12	Amplificador NCH PWM 70V	01	SEM PATRIMÔNIO
----	--------------------------	----	----------------

1.3.4.2: ARIC

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	Patrimônio
1	Mesa de Som STANER S.08 (08 canais)	01	409090001
2	Caixa Acústica WATSOM PSR 800 (200 W)	02	415070001 415070002
3	Mini-Microfone de Lapela GEMINI NX 210	01	405080001
4	Amplificador WATSON PRH 800	01	401150001
5	Microfone Sem Fio GEMINI NX210	01	405100001
6	CD player PIONEER PTD – M 427	01	462020001
7	CD player TEAC – Modelo: PDD3000	01	462040001
8	Microfone sem fio de Lapela SHURE Modelo: UT14/93	01	405270001
9	Microfone LE SON SM58B	02	0405090001 0405090002
10	Monitor de TV digital, tela plana LCD de LED de 42 polegadas, resolução “full hd” com decodificador digital HDTV embutido, modelo LG 42LV3500.	03	12142 / 12143 / 12144
11	Projektor multimídia XGA, 3500 ANSI lumens, marca Benq SP 890.	01	12147
12	Caixa acústica staner PS100P(8OHM)	04	12210 a 12213
13	Caixa acústica amplificada- Descrita:420RMS-Marca Attack modelo:MP604TI	02	4916 / 4917
14	Mesa de som-Descrição: 08canais, marca Behringer, modelo XENIX1204FX	01	4918

15	Aparelho Blu-ray player- marca:PHILIPS- modelo:BDP3100X/78 HDMI/USB	01	4915
----	---	----	------



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento N°: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento N°: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

16	Microfone sem fio SHURE modelo: PGX24/SM58 composto por um transmissor e por um receptor de mão c/ cápsula	01	5366
17	Filmadora digital – Descrição: Câmera AVCHD compatível com pedestal Manfrotto. Marca Sony – Modelo: HXR-MC2000	01	13176
18	Tripé para filmadora – Kit composto por Tripé 547 BK, Cabeça Hidráulica 501 HDV, Bolsa MBAG 100 PN, marca Manfrotto	01	12690
19	Suporte móvel marca Visograf, modelo Supplasma M20	02	12693 / 12694
20	Microfone sem fio - sistema de gravação, recepção e reprodução de som, marca: SHURE, modelo: SLX24/BETA58A	01	28902
21	Caixa acústica amplificada – caixas de som amplificadas com peso de 15kg, alto falante de 15", 300W rms, marca: Staner, modelo SR 315A	01	28903
22	Microfone LESON Modelo SM58BK	02	0405130003 0405130013
23	Microfone de Lapela TSI Modelo MS115CLI	01	0405330001
24	Microfone sem fio – marca: LYCO – modelo: UH- 01M	01	0000024649

1.3.4.3 - EMARF:

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	Patrimônio
1	Mesa de som 32 canais mono de entrada ,16 saída,33 faders motorizados com rollout, marca Yamaha	01	0000023221
2	Caixa acustica amplificada marca ATTACK, modelo MP-300	02	0415110001 0415110002
3	Amplificador, marca HAYONIK, modelo SA 2600	01	12151
4	Microfone sem fio - descricao: microfone sem fio com receptor de diversidade UHF montável,frequência 45hz-15khz, alimentação externa tipo bateria, seletor	01	0000005471



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SETEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento N°: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento N°: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

	liga/desliga, nº de canais 90, mudo integrado - marca: Shure - modelo: PGX4/PGX2		
5	Projektor multimedia - descricao: tipo teto e mesa - marca: Epson - modelo: Powerlite W29	01	28166
6	Mesa de Som 16 Canais Mackei Mod. CR-1604	01	0409040001
7	Microfone Sem Fio SHURE – modelo: PGX4/PGX2	01	0000005471
8	Microfone LE SON SM-58BK	05	0405130002 0405130006 0405130010 0405130008 0405130009
9	Microfone sem Fio de Lapela SHURE SM-58 c/ 02 antenas	02	0405240001 0405240002
10	Projektor Multimídia SONY Mod VPL CS6	01	0613150001

11	Mesa de som de 16 canais – Yamaha – Modelo: MG166C	01	0000017775
12	Compressor de som – 4 canais – marca BEHRING – modelo MDX4600	01	0000017776
13	Gravador de DVD Philips Modelo DVDR 3355	01	0464080001
14	Projektor marca EPSON– modelo: POWER LITE W29	01	0000024498
15	Compressor de som – descrição: de áudio; marca: ALESIS modelo 3630	01	0466020007
16	Microfone sem fio marca KARSECT, modelo KRU-361 HT-35	01	0000023539
17	Quadro interativo – TRACE BOARD	01	0000023538
18	Gravador de DVD marca LG (HD 160GB) modelo RH397H	01	0000004756
19	200W – marca LEACS– modelo: TP12 Caixa Acústica	02	041508002 041508003
20	Projektor multimedia - descricao: tipo teto e mesa -marca: Epson - modelo: Powerlite W 29	01	0000028167



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

21	Tela de projeção motorizada marca NARDELLI- modelo: ERS	01	0613210001
22	Projektor multimidia - marca: Epson - modelo: Powerlite W 29	01	0000024498
23	Amplificador de potencia - marca: ATTACK - modelo:EX-2000	01	401130002
24	Mesa de som . - descricao: 16 canais - marca: CICLOTRON - modelo: CSM16C	01	409110001
25	Caixa acústica – Descrição: Mini (retorno 12” ARPAM) com chave seletora	01	0415060002

26	Tela de projeção – Descrição: 1,80 X 1,80M – marca: NARDELLI – modelo: NR003	01	0613170001
27	Tela de projeção – Descrição: 2,00 X 2,00M – marca: NARDELLI – modelo: NRT005	01	0613180001
28	Caixa acústica Staner PS100P(8 Ohm)	19	12191 a 12209
29	Microfone de mesa - descricao: microfone de mesa (gooseneck) com cápsula a condensador - marca: TSI - modelo: MMF 202	01	0000023261 000 0023262 000002 3263 000002326 4 0000023265 0 000023266
30	Caixa Acústica Lando Mod. CC60	08	0415120001 a 0415120008
31	Microfone de lapela – marca SENNHEISER – modelo EW122G	01	405350002

1.3.4.4 - CEDUC

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	Patrimônio
1	Projektor Multimídia SONY Modelo VPLDX146	03	21095 21096 21097
2	Projektor Multimídia SONY Modelo VPLCX86	01	0613240002



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

3	Projektor multimídia – marca EPSON - modelo: POWERLITE S31 + 3200 - acessórios: Controle remoto e cabo VGA	02	26321 26322
---	--	----	----------------

1.3.4.5 - NUREF (Equipamentos a serem mantidos, sob controle técnico operacional do Núcleo de Recursos Fonográficos, que compõem o sistema audiovisual do plenário e das salas de sessões das turmas) :

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	Patrimônio
1	Tape deck AKAI mod HX R44	01	0410010006
2	Caixa acústica Control 10 JBL	01	0415050002
3	Microfone Profissional <i>Gooseneck</i> CSR-GM 11 (Subsecretaria da 5ª Turma Especializada)	01	0405140100
4	Amplificador de potência EX-2000 ATTACK	01	0401130001
5	Amplificador marca NASHVILLE NA 2200 PRO (325 W RMS)	01	0401140001
6	Amplificador HOTSOUND HS 300	01	0401160001
7	Equalizador gráfico CICLOTRON TGE 2312	01	0416030001
8	Deck TEAC W-790R	01	0410070002
9	Mesa de som CICLOTRON CMC 40 XLS	01	0409100001
10	Equalizador Gráfico Berhinger GEQ 3102	05	0416060001 0416060002 0416060003 0416060004 0416060005
11	Compressor Estéreo Alesis – Modelo: 3630	07	0466020001 0466020002 0466020003 0466020004 0466020005 0466020006 0466020008
12	Equalizador Gráfico 31 Bandas	01	0416050001



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

13	Amplificador CICLOTRON MOD. DKB 1500	01	0401180001
			0409110003
14	Mesa de som CICLOTRON CSM 16 CANAIS	02	0000008924
15	Headphone marca AKG tipo concha	20	Sem Patrimônio
16	Microfone de Mesa Tipo <i>Gooseneck</i> MF marca TSI (Turmas e Seções Especializadas)	103	Sem Patrimônio
17	Amplificador Applause modelo PA -400	06	3222 a 3227
18	Microfone profissional com fio Modelo: 650 SW, marca TSI	06	Sem Patrimônio
19	Gravador de DVD-HDD 160 GB, CONEXÃO HDMI, time machine com 6 horas, USB PLUS marca LG, modelo DVDRH 397H	17	3306 a 3321 3323
20	Distribuidor e amplificador de vídeo composto (Booster Splitter) marca Migtec, modelo VB01.	01	Sem Patrimônio
21	Distribuidor de vídeo composto, modelo DV 150 marca Transcortec.	03	Sem Patrimônio
22	Distribuidor de vídeo VGA/XGA, modelo DVGA 180 marca Transcortec.	03	Sem Patrimônio
23	Seletor de áudio e vídeo composto modelo SV 420 marca Transcortec.	01	Sem Patrimônio
24	Aparelho DVD BluRay, marca Sony, modelo BDP -S380.	01	0000012149
25	Painel de Conexão Audiovisual para fixação na parede, composta por caixa e tampa, para instalações aparentes do tipo sobrepor, e acompanhada de uma tomada AC, um conector VGA fêmea e um conector RCA fêmea, marca PISMA, modelo CX.	08	Sem Patrimônio
26	Modulador de RF ágil programável VHF-UHF cabo F.I, para utilização na modulação de canais gerados localmente, marca Ágil, modelo MD.	02	Sem Patrimônio



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

27	Monitor de vídeo 9' – tela LCD com TV VHF E U HF, marca BAK MONITOR 9'	08	2167 a 2169 2173 a 2176 21300
28	GRAVADOR DE VOZ marca Sony modelo PX 312; descrição digital; ESTÉREO 2GB; ligação a PC microfone mono; MP3; bateria AAAX2	1	12279
29	EQUALIZADOR GRÁFICO ESTÉREO PROFISSIONAL 31 bandas para aplicações ao vivo e de estúdio (89x482,6x150mm; peso 2,5Kg; Marca BEHRINGER	02	12798 / 12799
30	COMPRESSOR DE SOM – descrição: de áudio; marca: ALESIS modelo 3630	02	12776 / 12777
31	CAIXA ACÚSTICA AMPLIFICADA 2 VIAS; 200 W (RMS) MARCA MACKIE; MODELO: TH15-A	02	12778 12779
32	MESA DE SOM DIGITAL/48 CANAIS – marca Yamaha– modelo M7CL-48	01	12790
33	Caixa de Som com Subwoofer 80Wrms – Multilaser – Modelo: SP177	7	24524 a 24530
34	Controlador de Câmera – Descrição Joystick	7	25199 a 25202 3 sem patrimônio
35	Seletor de Vídeo Composto 6x1	1	25212
36	Amplificador de áudio, marca: Hayonik, modelo: SA 2400	1	12152
37	Amplificador de áudio, marca: Hayonik, modelo: SA 2600	1	12150
38	Microfone Profissional – Marca: Leson – Modelo: SM58 PLUS	4	0405070004 0405070005 0405070009 0405070012
39	Microfone Profissional – Marca: Leson – Modelo: SM58BK	2	0405130005 0405130012
40	Fone de Ouvido – Marca: Philips – Modelo: SHP 2500	12	23249 a 23260



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento N°: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento N°: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

41	TV Digital Portátil BAK LCD 7 Polegadas Colorida	6	24501 a 24506
42	Placa de Captura Intensity Shuttle – Sony – Modelo: RMBR300	8	25192 a 25197 2 sem patrimônio
43	Headphone Marca AKG – Modelo: K52	10	25248 a 25257
44	Câmera Ríole – modelo VIDPROM	9	25215, 25216, 25220, 6 sem patrimônio
45	Microfone de Mesa – Gooseneck – Modelo: TSI MMF302	16	0405250001 a 0405250003 0405250031 a 0405250043
46	Mesa de som . - descrição: 16 canais com 4 canais auxiliares - marca: CICLOTRON - modelo: CSM 16 ISC	1	8924
47	Gravador digital BOSS – micro BR digital recorder BR-80	1	Sem patrimônio

1.3.4.6 – ACOM:

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	Patrimônio
1	Monitor HD/SD widescreen de 26". Marca: Panasonic Série: D2TWA0022	1	0000012129
2	Câmera filmadora HDV, DVCAM e DV em fita mini DV Marca: Sony Modelo: HVR-Z7N	1	0000012812



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SETEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

3	Iluminador de LED Marca: Yongnuo Modelo: YN300	1	0000022144
4	Iluminador LED profissional, fonte de :300 LEDS, luminosidade:2280 Lumens	1	0000022145
5	Camera filmadora : com um novo design de ombro e 3 sensores CMOS EXMOR, FULL HD Marca: Sony Modelo: PMW 320k - série: 106246	1	0000022146
6	Leitor de cartão de memória Marca: Sony Modelo SBAC US-20 Série: 0101205	1	0000023289
7	Camera filmadora profissional Modelo: NEX-FS100N Marca: Sony	1	0000023292
8	Carregador de bateria Marca: Watson	1	0000023296
9	Microfone de lapela Marca: Sony Modelo receptor: URX-P03 Modelo transmissor: UTX- B03	1	0000023297
10	Microfone com fio Marca: Sony Modelo: F112	1	0000023540
11	Gravador portátil digital Marca: Zoom Modelo: H4N	1	0000023589
12	Microfone sem fio de lapela Marca: Sennheiser Modelo: EW112PG3	1	0445050001
13	Carregador de bateria para filmadora PMW 320K Modelo: VL-2-PLUS	2	0405350001 0405350002
14	Microfone de lapela Marca: Sennheiser Modelo: EW122G2	1	0405030055
15	Microfone com fio profissional Marca: Leson Modelo: SM58	1	0405290001
	Microfone com fio profissional Marca: Sony Modelo: F780	1	

1.4- EFETIVO MÍNIMO, REMUNERAÇÃO E ATRIBUIÇÕES:



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

A contratada deverá disponibilizar o seguinte efetivo mínimo:

Item	Categoria	Quantitativo
1	Encarregado Geral (CBO – 7301-05)	1
2	Operador de mídia audiovisual (CBO - 3731-05)	5
3	Técnico de Telecomunicações (CBO - 3133-15)	1
4	Profissional de Telecomunicações (CBO – 7313–20)	2
Total do Efetivo		9

As atribuições de cargo serão as seguintes:

1.4.1 – Encarregado Geral:

- 1.4.1.1 – Fiscalização e coordenação dos serviços executados pelos demais profissionais residentes;
- 1.4.1.2 – Elaborar relatórios mensais sobre os serviços prestados;
- 1.4.1.3– Entregar mensalmente toda documentação trabalhista que for necessária e solicitada;
- 1.4.1.4 – Controle da presença dos empregados de forma a garantir que os postos de trabalho ora contratados estejam sempre ocupados;
- 1.4.1.5 – Manutenção preventiva e, quando necessária, corretiva nos equipamentos constantes do Anexo III;
- 1.4.1.6 – Instalação, substituição e remanejamento de equipamentos, sonofletores, potenciômetros e cabeamentos do sistema audiovisual;
- 1.4.1.7– Operação, testes e monitoramento dos equipamentos que compõem o sistema audiovisual, elencados no Anexo III;
- 1.4.1.8 – Montagem de cabos de áudio e vídeo;
- 1.4.1.9 - Dar suporte operacional na montagem e operação de equipamentos em eventos e serviços externos.
- 1.4.1.10 – Executar outras atividades correlatas.

1.4.2 – Operador de Mídia Audiovisual:

- 1.4.2.1 - Instalação, substituição e remanejamento de equipamentos (elencados no Anexo III), sonofletores, potenciômetros e cabeamentos do sistema audiovisual;
- 1.4.2.1 – Montagem, operação, monitoramento e testes dos equipamentos que compõem o sistema audiovisual, elencados no Anexo III;



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

- 1.4.2.2 – Manutenção preventiva e, quando necessária, corretiva nos equipamentos constantes do Anexo III;
- 1.4.2.3 – Montagem de cabos de áudio e vídeo;
- 1.4.2.4- Dar suporte operacional na montagem e operação de equipamentos em eventos e serviços externos;
- 1.4.2.5 - Filmagem de eventos internos e externos;
- 1.4.2.6- Monitoramento de áudio em eventos internos e externos;
- 1.4.2.7- Operação dos equipamentos para videoconferência;
- 1.4.2.8 Transporte, montagem, desmontagem e o armazenamento dos equipamentos em locais definidos pela fiscalização;
- 1.4.2.9 – Executar outras atividades correlatas.

1.4.3 - Técnico de Telecomunicações

- 1.4.3.1 - Supervisão técnica de equipe de telecomunicações;
- 1.4.3.2 - Manutenção, confecção e ampliação de rede de cabeamento (estruturado e convencional);
- 1.4.3.3 - Instalação, programação, substituição e remanejamento de equipamentos inerentes a rede de cabeamento (estruturado e convencional);
- 1.4.3.4 - Montagem de rack e DG de voz, com distribuição de cabeamento em blocos, patch panel ou voice panel;
- 1.4.3.5 - Atender solicitações de lançamento de cabos de par trançado referentes à implantação de novo ponto de tomada de telecomunicações ou substituição de cabeamento danificado, realizando a conectorização, crimpagem, verificação de continuidade e identificação (mediante etiqueta impressa em rotuladora).
- 1.4.3.6 - Certificar rede de cabeamento estruturado;
- 1.4.3.7 – Entende-se por instalação a confecção de todas as ligações, bem como passagens de todos os cabos necessários ao perfeito funcionamento de equipamentos ou instalações. Caso seja necessária, para conclusão da instalação, obras ou ajustes na alvenaria ou forração, o mesmo será de responsabilidade do Contratante;
- 1.4.3.8 - Executar outras atividades correlatas;



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



TRF2EDT202400023A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

SIGA

1.4.4– Profissional de Telecomunicações (instalador reparador de linhas e aparelhos de telecomunicações)

1.4.4.1 - Manutenção, confecção e ampliação de rede de cabeamento (estruturado e convencional);

1.4.4.2 - Instalação, programação, substituição e remanejamento de equipamentos inerentes a rede de cabeamento (estruturado e convencional);

1.4.4.3 - Montagem de rack e DG de voz, com distribuição de cabeamento em blocos, patch panel ou voice panel;

1.4.4.4 - Atender solicitações de lançamento de cabos de par trançado referentes à implantação de novo ponto de tomada de telecomunicações ou substituição de cabeamento danificado, realizando a conectorização, crimpagem, verificação de continuidade e identificação (mediante etiqueta impressa em rotuladora).

1.4.4.5 - Certificar rede de cabeamento estruturado;

1.4.4.6 Entende-se por instalação a confecção de todas as ligações, bem como passagens de todos os cabos necessários ao perfeito funcionamento de equipamentos ou instalações. Caso seja necessária, para conclusão da instalação, obras ou ajustes na alvenaria ou forração o mesmo será de responsabilidade do Contratante;

1.4.4.7 - Executar outras atividades correlatas;

1.4.5 REMUNERAÇÃO

A remuneração de todo o efetivo deverá ser, no mínimo, o estabelecido pelo SINDICATO DA INDÚSTRIA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, GÁS, HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SINTRAINDISTAL / SINDISTAL.

1.4.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO EFETIVO

1.4.6.1. A empresa deverá fornecer toda mão-de-obra necessária à execução dos serviços, com experiência comprovada e devidamente capacitada, de acordo com os requisitos abaixo:

1.4.6.1.1 - Encarregado Geral (CBO 7301-05): comprovação de formação em eletrônica ou eletrotécnica e devido registro no CFT

1.4.6.1.2 - Operador de mídia Audiovisual (CBO 3731-05): comprovação de experiência em equipamentos de sonorização e vídeo

1.4.6.1.3 - Técnico de Telecomunicações (CBO 3133-15): comprovação de formação em eletrônica, eletrotécnica ou telecomunicações, devido registro no CFT e experiência em redes de cabeamento de telecomunicações



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>



TRF2EDT202400023A

SIGA

1.4.6.1.4 - Profissional de Telecomunicações (CBO-7313-20): comprovação de experiência em redes de cabeamento de telecomunicações

1.5 – INSPEÇÃO PREVENTIVA:

1.5.1 – A empresa CONTRATADA deverá efetuar uma vistoria inicial e testes em todo o sistema de comunicação áudio visual e seus equipamentos e elaborar um relatório técnico com parecer minucioso, informando sobre possíveis irregularidades encontradas e a devida solução para o problema.

1.5.2 - O prazo de entrega do relatório técnico é de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de início da vigência do contrato.

1.5.3 – Para a manutenção preventiva de todo o sistema e seus equipamentos a vistoria deverá ser repetida da seguinte forma:

1.5.3.1 Sistema de Som Ambiente, Avisos e Auditório.

A vistoria deverá ser repetida mensalmente com a elaboração de relatório e parecer mensal, a ser entregue junto com o documento fiscal, no qual deverá constar a condição dos equipamentos e das instalações, incluindo todos os microfones do sistema de avisos, sonofletores e potenciômetros instalados no prédio do TRF, qualquer irregularidade existente, e sugestões para a melhoria do sistema.

1.5.3.2 - Sistema de Som do Plenário e das Salas de Sessões das Turmas:

A vistoria deverá ser repetida semanalmente, às sextas-feiras, salvo se não houver expediente no Tribunal, hipótese em que a manutenção preventiva deverá ser feita no dia anterior imediato, a fim de garantir um melhor desempenho dos sistemas para a semana seguinte. Mensalmente a empresa deverá elaborar relatório e parecer técnico, a ser entregue junto com o documento fiscal, informando sobre as condições gerais dos equipamentos e das instalações, devendo constar qualquer irregularidade existente, bem como as sugestões para a melhoria do sistema.

1.5.3.3 – Equipamentos sob o controle técnico operacional da ARIC, da EMARF e da CEDUC (sistemas das salas de Treinamento):

A vistoria deverá ser repetida mensalmente ou sempre que houver utilização dos locais com a elaboração de relatório e parecer mensal, a ser entregue junto com o documento fiscal, no qual deverá constar a condição dos equipamentos e das instalações, qualquer irregularidade existente, e sugestões para a melhoria do sistema.

1.5.4 – A realização da vistoria e entrega do relatório técnico será condição para a efetivação do pagamento do mensal à empresa.

1.6– FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.6.1– A jornada de trabalho dos profissionais residentes neste Tribunal deverá ser de segunda a sexta-feira, das 10:00 às 19:00 horas, sempre com intervalo de uma hora para almoço, perfazendo 08 horas diárias de efetivo trabalho.

1.6.1.1 - O horário de trabalho poderá ser alterado em função da necessidade de serviço do contratante ou quando houver serviço externo, como filmagens e eventos.



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>



TRF2EDT202400023A

SIGA

1.6.2 – A contratada deverá disponibilizar sistema eletrônico para controle de frequência e carga horária, para a mão de obra residente no prédio sede do TRF situado na Rua Acre n. 80, Centro, Rio de Janeiro-RJ. O profissional residente na EMARF terá seu controle de frequência e carga horária efetuado pela Assessoria Executiva da EMARF.

1.6.3 – A CONTRATADA deverá instalar, no primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato, equipamento para marcação de ponto digital (relógio de ponto biométrico, ponto eletrônico etc.) de seus funcionários que estejam prestando serviços nas dependências da CONTRATANTE.

1.6.4 – A CONTRATADA deverá fornecer, no primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato, os cartões individuais de ponto, onde constarão o nome completo, função e horário de expediente dos profissionais da CONTRATADA. Não será aceito a utilização de livro de ponto.

1.6.5 – A CONTRATADA deverá exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados;

1.6.6 – Observada a legislação pertinente e a convenção coletiva em vigor, deverá ser adotado preferencialmente o Sistema de Banco de Horas para compensar os trabalhos extraordinários, efetuados a pedido do CONTRATANTE, devendo ser previamente autorizado pela CONTRATADA.

1.6.7 – No caso de ocorrência de vários eventos simultâneos, que ultrapassem o limite de atendimento dos profissionais residentes, o Encarregado preposto deverá solicitar a empresa o envio de profissional extra, para suprir a necessidade existente, sem a incidência de ônus adicional.

1.6.8 - Em serviços realizados fora das instalações da CONTRATANTE, somente as despesas de locomoção serão de responsabilidade da CONTRATANTE.

1.6.9 - Os eventos em localidades fora do município do Rio de Janeiro e dentro do Estado do Rio de Janeiro estarão limitados a 6 (seis) por ano e sua duração será de, no máximo, 5 (cinco) dias.

1.6.10 – A Contratada deverá encaminhar ao gestor do contrato relação dos funcionários que atuarão como folguistas.

1.6.10.1 - Os profissionais folguistas, antes de iniciarem as atividades nas instalações da CONTRATANTE, deverão passar por um período de treinamento e ambientação junto aos profissionais titulares de forma que não seja prejudicado o funcionamento dos sistemas mantidos.

1.6.10.2 - Os profissionais folguistas deverão possuir a mesma formação e experiência dos titulares a serem substituídos.

1.6.11 – Em caso de falta não comunicada previamente pelo profissional ou atrasos superiores a 1(uma) hora, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição do profissional em, no máximo, 2 (duas) horas após expirado o prazo de 1(uma) hora do horário estabelecido de entrada do profissional.

1.6.11.1 – Caso a Contratada não efetue a substituição será aplicada glosa (desconto), conforme previsto no item 11 (IMR) do presente Termo. Nessa caso a Contratada deverá providenciar o devido desconto no documento fiscal mensal, com



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

base no valor referente ao profissional ausente constante da planilha de formação de preços.

1.6.12 – A Contratada deverá fornecer uniformes aos profissionais residentes para a realização dos serviços nas dependências da CONTRATANTE, com periodicidade semestral.

1.6.12.1 Encarregado de Turma e do Operador de Mídia Audiovisual

1.6.12.1.1 -02 (duas) calças compridas na cor jeans escuras;

1.6.12.1.2 - 04 (quatro) camisas gola polo com o logo da empresa;

1.6.12.1.3- 04 (quatro) pares de meia;

1.6.12.1.4 - 01(um) par de sapato na cor preta;

1.6.12.1.5 - 01 (um) terno completo (calça, camisa, paletó e gravata). O terno não terá a periodicidade semestral.

1.6.12.2. Uniforme do Profissional de Telecomunicações e do Técnico de Telecomunicações

1.6.12.2.1 - 02 (duas) calças compridas na cor jeans escuras;

1.6.12.2.2 - 04 (quatro) camisas gola pólo com o logo da empresa;

1.6.12.2.3 - 04 (quatro) pares de meia;

1.6.12.2.4 - 01 (um) par de sapato na cor preta.

1.6.13 – Os profissionais residentes deverão permanecer devidamente uniformizados e identificados através de crachá, a ser fornecido pela CONTRATANTE, nas dependências dos prédios do TRF2.

1.7 – EXECUÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS:

1.7.1 – A Contratada deverá possuir laboratório, devidamente montado, de forma que esteja apta para providenciar o reparo de qualquer defeito, que porventura venha a ocorrer nos equipamentos que compõem os sistemas e que não possam ser realizados nas dependências da CONTRATANTE.

1.7.2 – A Contratada deverá reparar imediatamente, quando solicitado pela CONTRATANTE, todo o equipamento que porventura venha apresentar defeito. Os equipamentos que venham a ser retirados das dependências do TRF2 para conserto na sede da empresa deverão ser devolvidos, no máximo, em 30 (trinta) dias úteis.

1.7.2.1 – Quando o equipamento retirado para manutenção comprometer o funcionamento do sistema, a Contratada deverá providenciar a substituição imediata do equipamento por outro similar, até que seja restituído o equipamento defeituoso devidamente mantido.



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>



TRF2EDT202400023A

SIGA

1.7.3- A CONTRATADA deverá providenciar a recuperação dos equipamentos constantes das planilhas do item 1.3 sem ônus para o Contratante, com o fornecimento das peças necessárias ao perfeito funcionamento dos mesmos.

1.7.3.1 - Quando a CONTRATADA constatar que o custo para execução do reparo excede a 50% do valor de aquisição de um novo equipamento, deverá apresentar 3 (três) laudos técnicos de empresas idôneas pertencentes ao nicho de mercado do equipamento defeituoso.

1.7.3.2 - Quanto o custo do reparo ficar comprovadamente superior a 50% do custo do equipamento, o reparo torna-se antieconômico e não deverá ser efetivado, devendo a Contratada manter um equipamento backup até que o CONTRATANTE providencie a aquisição de um novo equipamento.

1.7.4 - Os consertos que envolverem somente a mão-de-obra deverão ser realizados, preferencialmente, na sede do Contratante.

1.7.5 - Quando solicitado pelos setores competentes, caberá à Contratada elaborar especificação técnica completa de componentes e materiais, que serão adquiridos pelo Contratante para manutenção dos sistemas.

1.7.6 - A CONTRATADA deverá fornecer todas as ferramentas e materiais necessários para execução dos serviços de cabeamento, incluindo instrumento certificador de rede.

1.7.7 - Caso seja necessária a recuperação e/ou remanejamento de algum trecho da fiação, ficará a cargo da CONTRATADA a desmontagem e posterior recolocação da forração, bem como a fixação das caixas de som, caixas de passagem e demais materiais.

1.7.8 - Quaisquer serviços de reparo e/ou remanejamento de fiação deverão ser executados sem interferir nas atividades normais do Contratante, podendo inclusive, mediante prévio agendamento, serem executados fora do horário de expediente da Contratante ou em finais de semana e feriados.

1.7.9 - Os profissionais da área audiovisual deverão realizar testes nos equipamentos das salas de sessão e de treinamento 1 (uma) hora antes do início do evento, com o objetivo de se evitar qualquer distúrbio no decorrer dos trabalhos.

1.7.10 - Os profissionais da área audiovisual deverão permanecer no local durante todo o evento até o encerramento de todo serviço, devendo resolver qualquer problema técnico que porventura ocorra.

1.7.11 - No caso de outros eventos e solenidades a contratada deverá executar teste do sistema, no mínimo 5 dias úteis, antes de data dos mesmos. Na data da realização todo o sistema deverá ser ligado com antecedência mínima de 2 horas;

1.7.12 - Caberá à Contratada reparar qualquer falha em equipamentos do sistema audiovisual detectados durante manutenção preventiva ou testes de funcionamento.

1.7.12.1 - Deverá ser providenciada a substituição de equipamento defeituoso por backup próprio até o devido reparo, caso este não possa ser procedido até a data do evento.



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



TRF2EDT202400023A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

SIGA

1.7.13 – Caso seja necessária a recuperação e/ou remanejamento de algum trecho da rede de cabeamento, ficará a cargo da Contratada a execução do serviço, por meio do Encarregado e dos profissionais de rede.

1.8 – FORNECIMENTO DE MATERIAIS

1.8.1 Todos os materiais necessários à execução dos serviços deverão ser fornecidos pela empresa contratada conforme estimativa constante na Planilha de Materiais - Anexo II-D do Edital. Os quantitativos anuais da planilha são estimativos, podendo variar para mais e/ou para menos. Tais materiais serão medidos e pagos pelos quantitativos efetivamente utilizados no mês.

1.8.2- A Contratada deverá providenciar a aquisição dos materiais em tempo hábil para a execução dos serviços de acordo com a programação de manutenção preventiva e corretiva. No caso de material disponível somente mediante importação o prazo máximo de entrega do material será de 60 (sessenta) dias corridos.

1.8.3 Para evitar a lentidão, o atraso ou a paralisação dos serviços a Contratada deverá manter, às suas próprias custas, um estoque mínimo de materiais de uso mais frequente, de acordo com a necessidade e seguindo orientações do gestor do contrato.

1.8.4 - A fiscalização não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores.

1.8.5 - Caso seja necessária a aquisição de algum material não discriminado na Planilha de Materiais - Anexo II-D para a execução dos serviços contratados, a CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato (três) pré-orçamentos para a aquisição do mesmo, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a solicitação dos mesmos pela CONTRATANTE;

1.8.6 - A CONTRATANTE, a seu critério, poderá adquirir o produto ao custo equivalente do menor preço disponível nos pré-orçamentos, não sendo onerado em quaisquer valores adicionais relativos ao frete, impostos ou qualquer outro custo indireto;

1.8.7 - A CONTRATANTE se reserva o direito de auditar os pré-orçamentos apresentados pela Contratada e de levantar outros orçamentos através do seu setor de compras.

1.8.8 - A CONTRATANTE se reserva ao direito de adquirir o material com terceiros na hipótese de não ser verificada vantajosidade para a aquisição do mesmo com a CONTRATADA;

1.8.9 - Os prazos para o fornecimento dos materiais nessa modalidade de aquisição são os mesmos referentes ao fornecimento de materiais constantes nas Planilhas de Materiais, contando os prazos a partir da solicitação do Contratante;

1.8.10 - Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser comprovadamente de primeiro uso e devem atender rigorosamente aos padrões especificados e às normas da ABNT e deverão possuir garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante.

1.8.11 Os materiais descritos na planilha de material constante no ANEXO II-D admitem produto similar se for devidamente comprovado seu desempenho através de testes e ensaios previstos por normas. A similaridade indicada é em relação ao atendimento aos



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>



TRF2EDT202400023A

SIGA

requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados, normatizados e de sua funcionalidade. A similaridade será avaliada pela FISCALIZAÇÃO, antes do fornecimento efetivo, mediante apresentação do material proposto pela CONTRATADA, laudos técnicos do material ou produto, laudos técnicos comparativos entre o produto especificado e o produto alternativo, emitidos por laboratórios conceituados.

1.8.12 Os materiais em desacordo com as especificações deverão ser substituídos quando solicitado pela Administração.

1.8.13 - O critério de medição e pagamentos dos materiais será mensal.

1.8.13.1 - A CONTRATANTE efetuará o pagamento referente aos materiais efetivamente utilizados na execução dos serviços contratados.

1.8.13.2 - A Contratada deverá emitir relatório mensal dos materiais utilizados para controle e acompanhamento pela CONTRATANTE.

1.8.14 - Em caso de necessidade de substituição de itens do sistema causada por defeitos ou avarias, a Contratada deverá apresentar ao corpo técnico de fiscalização do Contratante o componente defeituoso a ser substituído para fins de autorização da substituição.

1.8.15 - A Contratada deverá fornecer todas as ferramentas necessárias para a execução dos serviços contratados pela equipe residente.

1.8.16 - A Contratada deverá providenciar todos os materiais de expedientes necessários para a execução dos serviços pela equipe residente (canetas, papéis de impressão A4, lápis, borrachas, pranchetas, blocos de anotações, grampeadores, furadores de papel, clips, etc.) sem custos extras ao Contratante, sendo seus respectivos custos considerados custos indiretos.

1.8.17 - A Contratada também deverá providenciar o material de limpeza em quantitativo necessário para as suas atividades, sem custos extras ao Contratante, o que inclui, minimamente: saco de lixo, detergente líquido biodegradável, álcool gel, pasta para limpeza, esponja e papel toalha em bobina, água sanitária, sabonete líquido, estopa, etc.

1.9 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1.9.1 – A CONTRATADA deverá designar formalmente o preposto, previsto no art. 118 da lei 14133 de 2021, no primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato, com capacidade gerencial para tomada de decisões relativas ao contrato. Os custos referentes ao preposto deverão ser considerados como custos indiretos, não sendo aceita inclusão desse custo como item separado na planilha de preços.

1.9.2 – A CONTRATADA deverá manter atualizada a relação nominal dos seus funcionários designados para a prestação dos serviços nas dependências da CONTRATANTE, descrevendo o nome de cada funcionário, sua função, endereço e telefone de contato, data de admissão junto à CONTRATADA e data de início de prestação dos serviços nas dependências da CONTRATANTE.

1.9.3– A CONTRATADA deverá fornecer, no primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato com o TRF/2ªR, acordo individual escrito ou coletivo de trabalho que determine a possibilidade de compensação de horários;



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>

SIGA



TRF2INC202400666



TRF2EDT202400023A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

SIGA

1.9.3.1 – Em todas as mudanças de profissionais, deverão ser apresentados novos acordos: individual escrito ou coletivo de trabalho.

1.9.4 – A CONTRATADA deverá fornecer todos os demais documentos relativos às alterações ocorridas no mês de referência, tais como férias, contratação/dispensa de profissionais, atestados, faltas, etc;

1.9.5 – A CONTRATADA deverá fornecer mensalmente, no 1º (primeiro) dia útil de cada mês, a cada um de seus profissionais, um cartão de vales refeição ou alimentação em valor correspondente ao total de dias úteis do mês em que serão utilizados. O valor do benefício deverá corresponder, no mínimo, ao valor estabelecido pela convenção coletiva de trabalhos dos respectivos sindicatos.

1.9.6 – O pagamento dos profissionais da CONTRATADA deverá ser depositado em conta corrente, preferencialmente em um dos bancos existentes na Sede do CONTRATANTE, de forma a evitar o deslocamento dos funcionários por um longo período.

1.9.7 - A CONTRATADA deverá fornecer os vales-transporte para os profissionais, em cumprimento às disposições da Lei nº 7.418, de 16/12/85, com redação dada pela Lei nº 7.619, de 30/09/87, regulamentada pelo Decreto nº 95.247, de 16/11/87.

1.9.7.1 – Os vales-transporte serão fornecidos em quantidade suficiente ao deslocamento do beneficiário no seu trajeto residência x trabalho e vice-versa (Lei nº 7.418, de 16.12.85 e Decreto nº 95.247, de 16.11.87).

1.9.8 – A Contratada deverá afastar ou substituir, por recomendação do Contratante, qualquer empregado que, comprovadamente, causar embaraço à boa execução dos serviços.

1.9.9 – Os empregados da CONTRATADA, quando prestando serviços nas dependências da CONTRATANTE, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com a CONTRATANTE, posto que tais profissionais possuem contrato de trabalho com a CONTRATADA, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente, perante as respectivas repartições, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus profissionais à CONTRATANTE ou a terceiros, durante ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

1.9.10 – A CONTRATADA deverá manter o CONTRATANTE a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

1.9.11 – A CONTRATADA deverá manter seus empregados alocados na execução do serviço ora contratado, em situação empregatícia regular e legal. A CONTRATANTE se reserva o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar conveniente, exigir esta comprovação.

1.9.12 – A Contratada deverá permitir que seus empregados, quando prestando serviços nas dependências do TRF/2ªR, sejam vistoriados pela Segurança Institucional.



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

1.9.13- A Contratada deverá facilitar a inspeção dos materiais e serviços por parte da fiscalização, facultando a esta o acesso aos depósitos ou qualquer outra dependência que, direta ou indiretamente, se relacionem com o objeto do contrato.

1.9.14 - A Contratada deverá arcar com todas as despesas decorrentes de eventual execução dos trabalhos, quer com insumos, quer com mão de obra, em horário extraordinário (diurno, noturno, domingos e feriados). Tais despesas incluem iluminação, instalações provisórias e equipamentos necessários à plena execução dos serviços contratados, bem como testes e inspeções técnicas necessárias.

1.9.15 – A Contratada irá responsabilizar-se pelo transporte horizontal e vertical dos materiais, equipamentos, ferramentas e funcionários necessários à execução dos serviços.

1.9.16 - Nos trabalhos desenvolvidos nas dependências deste Tribunal, assegurar a integridade física, isenta de riscos, das instalações e equipamentos já existentes ou executados na edificação, providenciando, onde necessário, a embalagem dos mesmos. Ao final dos serviços a contratada deverá entregar os locais onde se desenvolveram os serviços devidamente limpos e recuperados.

1.9.17– A Contratada deverá refazer todo e qualquer serviço não aprovado pela Contratante, sem qualquer ônus para o mesmo, e reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, os serviços ou materiais que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

1.9.18- A Contratada responsabiliza-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, cumprindo os postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, e as normas internas de segurança e medicina do trabalho;

1.9.19 - Responsabilizar-se por quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, decorrentes da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, que sobrevenham em prejuízo da Contratante ou de terceiros, reparando, ou quando isto for impossível, indenizando, sem quaisquer ônus para o Tribunal.

1.9.20 Caberá ao TRF - 2ª Região apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 1.15.8.3 e 1.15.8.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo administrativo;

1.9.21 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

1.9.21.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

1.9.22 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges,



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>



TRF2EDT202400023A

SIGA

companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09 de 06/12/2005.

1.9.22.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração do Edital;

1.9.23 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

1.9.23.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pelo(s) empregado(s) no exercício de cargo/função de chefia, alocado(s) na prestação dos serviços, da Declaração constante do Edital e da apresentação das certidões mencionadas na aludida Declaração;

1.9.24 – O prazo máximo para apresentação das declarações e certidões mencionadas nos subitens 1.9.21.1 e 1.9.22.1 será de 30 (trinta) dias a contar do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato.

1.9.25- A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

1.9.251 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações sócio-profissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

1.10- OBRIGAÇÕES NA ÁREA DE SUSTENTABILIDADE – BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS:

A contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e diminuição da poluição, na execução dos serviços tais como:

1.10.1 – Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou de menos toxicidade;

1.10.2 – Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

1.10.3 – Racionalização e economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme o disposto do Decreto nº 48.138/2003;

1.10.4 – Separação adequada dos resíduos gerados nas suas atividades.



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

1.10.5 - Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água e energia elétrica, cujos encarregados devem atuar como facilitadores das mudanças de comportamento de funcionários da empresa, esperadas com essas medidas.

1.10.6 – Usar produtos que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) éteres difenil-polibromados (PBDEs);

1.10.7 – Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

1.11 - REQUISITOS DE SEGURANÇA, PROTEÇÃO E MEIO AMBIENTE:

1.11.1 - É proibida a queima de qualquer tipo de resíduo ou material;

1.11.2 - É proibido descartar qualquer resíduo líquido, perigoso ou não, nas redes de esgoto ou águas pluviais.

1.11.3 - A Contratada deverá oferecer na execução dos trabalhos a plena proteção contra riscos de acidentes (incluindo EPI's convencionais e demais materiais de segurança necessários), ao seu próprio pessoal e a terceiros, independente de transferência daqueles riscos às companhias ou institutos seguradores;

1.11.4 - A Contratada deverá cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho (tendo como referência as normas regulamentadoras do Ministério do trabalho), e diligenciar para que seus empregados trabalhem com equipamentos de proteção individual (EPI), adequados a todo e qualquer tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido;

1.11.5 – A Contratada deverá zelar pela higiene e segurança do seu depósito, banheiro e vestiário, devendo evitar o acúmulo de materiais combustíveis e inflamáveis. A área destinada ao depósito e acúmulo de materiais a serem descartados deverá permanecer limpa e arrumada ao longo da execução dos serviços, assim como o banheiro e vestiário utilizados pela mesma.

1.12 - PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS:

1.12.1 - Os produtos inflamáveis deverão ser armazenados em locais isolados, longe de qualquer fonte de calor, com sinalização indicando a presença de produtos inflamáveis.

1.13 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

1.13.1 – Fornecer todas as informações necessárias para a execução do serviço.

1.13.2 – Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos representantes da contratada, devidamente uniformizados e identificados, às dependências do contratante.

1.13.3 – Efetuar os pagamentos à contratada com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo.



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>



TRF2EDT202400023A

SIGA

1.13.4 - Disponibilizar área para guarda de ferramental e armazenamento dos materiais, bem como local para ser usado como vestiário.

1.13.5 - Disponibilizar pontos de energia e água necessários para a execução do serviço.

1.14 - PRAZO DE VIGÊNCIA:

O prazo de vigência do presente Contrato é de 1 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo contratante, podendo ser prorrogado na forma autorizada pelo art. 107 da lei nº 14133/21.

1.15 – GARANTIA CONTRATUAL:

Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, o TRF - 2ª Região exigirá da empresa Contratada a prestação de garantia, podendo optar pelas modalidades de caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, de acordo com o artigo 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato a ser firmado.

1.15.1 - Em caso de contrato com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação do percentual previsto no subitem anterior.

1.15.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento:

1.15.2.1 - Prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento;

1.15.2.2 - Multas aplicadas pela fiscalização à Contratada;

1.15.2.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução contratual;

1.15.2.4 - Obrigações trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível.

1.15.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,1% do valor mensal do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2%.

1.15.4 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza ao TRF - 2ª Região a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

1.15.4.1 - O bloqueio efetuado com base no subitem 1.25.4 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

1.15.4.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no subitem 1.15.4 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

1.15.4.3 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>



TRF2EDT202400023A

SIGA

1.15.5 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TRF - 2ª Região com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

1.15.6 - A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, sendo atualizada monetariamente quando em dinheiro.

1.15.7 - Será considerada extinta a garantia:

1.15.7.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

1.15.7.2 - Com a extinção do contrato.

1.15.8 - O TRF - 2ª Região não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

1.15.8.1 - Caso fortuito ou força maior;

1.15.8.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo TRF - 2ª Região;

1.15.8.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

1.15.8.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do TRF - 2ª Região;

1.16 - RECEBIMENTO DO OBJETO:

1.16.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do presente Contrato será recebido mediante termo detalhado e da seguinte forma:

1.16.1.1 - Provisoriamente – pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

1.16.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

1.16.1.2.1 - O atesto será lavrado na mesma data do "recebimento definitivo", compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas;

1.16.2 - Os termos serão emitidos pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designados na forma estabelecida no subitem 1.16.5 deste termo de referência, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto às especificações do Edital e seus anexos;



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>



TRF2EDT202400023A

SIGA

1.16.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da Contratada pela solidez e pela segurança dos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução contratual, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

1.16.3.1 - Na hipótese de fornecimento de materiais, o recebimento provisório ou definitivo não excluirá, ainda, a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF - 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

1.16.3.2 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

1.16.4 - O aceite / aprovação do(s) serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produtos/ serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990;

1.16.5 - Após a celebração do contrato, o TRF - 2ª Região designará servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato.

02. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 O prédio do TRF possui diversos sistemas de audiovisual e de cabeamento de telecomunicações que necessitam de manutenção preventiva e corretiva para assegurar o correto funcionamento.

2.2 Considerando a necessidade de continuidade dos serviços audiovisuais e de telecomunicações, faz-se necessária a presente contratação para evitar a indisponibilidade de equipamentos e instalações.

2.3 Os estudos técnicos preliminares (TRF2-ETP-2023/00220) evidenciaram que a contratação descrita no item 1 (OBJETO) mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária, sendo viável a contratação pretendida.

03. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Solução Escolhida:

Contratação de empresa especializada para execução de serviços técnicos de instalação, operação e manutenção (preventiva e corretiva) dos equipamentos e instalações dos sistemas audiovisuais, bem como da infraestrutura da rede de cabeamento de telecomunicações deste Tribunal e seus Anexos, com alocação de mão de obra especializada e fornecimento de todo o material de consumo e insumos necessários.

3.2 Justificativa da escolha:



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>



TRF2EDT202400023A

SIGA

A atividade jurisdicional do TRF-2 demanda a operação de equipamentos de audiovisual e a utilização de instalações de telecomunicações. Considerando a numerosa quantidade de equipamentos e diversidade de instalações, é necessário ter profissionais trabalhando com dedicação exclusiva tanto para operar, como fazer manutenção nos mesmos, evitando a indisponibilidade de serviços. Desta forma, a solução escolhida é a contratação de empresa especializada para execução de serviços técnicos de instalação, operação e manutenção (preventiva e corretiva) dos equipamentos e instalações dos sistemas audiovisuais, bem como da infraestrutura da rede de cabeamento de telecomunicações deste Tribunal e seus Anexos.

3.3 O objeto deste Termo não contempla a assunção de obrigações futuras, tais como assistência técnica e/ou manutenção.

04. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 Visando cumprir ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a Contratada deverá:

4.1.1 Atender todas as normas e regulamentações pertinentes ao objeto da contratação, pormenorizadas nos tópicos "Qualificação técnica" e "Obrigações da Contratada";

4.1.2 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.2.1 – Utilizar preferencialmente materiais reciclados, biodegradáveis ou atóxicos na execução da solução contratada.

4.1.2.2 – Não utilizar trabalho escravo ou infantil, ou máquinas que aumentem a geração de resíduos industriais no modo de produção do bem ou serviço a ser contratado.

4.1.3 - Em vista de a contratação ser de mão de obra com fornecimento de materiais, a Contratada deverá:

4.1.3.1 - Entregar o material dentro do prazo de validade estabelecido pelo fabricante e para os produtos, que assim o exigirem, deverá apresentar certificação e/ou, estar em consonância com o Sistema Brasileiro de Certificação, cada um no respectivo órgão competente (ex.: ANVISA, ABNT, INMETRO).

4.1.3.2 - Certificar-se de que todos os produtos contenham rótulos e/ou etiquetas com as seguintes informações: data de fabricação, prazo de validade, número do lote do produto, nome do fabricante ou importador. Os rótulos não podem estar rasgados, descolados das embalagens, manchados ou com letras ilegíveis.

4.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 HABILITAÇÃO TÉCNICA

O fornecedor será selecionado por meio da realização de Pregão, na forma eletrônica, que culminará com a seleção da proposta de menor preço. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>

SIGA



TRF2INC202400666



TRF2EDT202400023A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

SIGA

4.3.1- Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia - CREA, comprovando o registro da licitante na área de Engenharia de Telecomunicações, Eletrônica ou Eletrotécnica;

4.3.2 - Comprovação de aptidão mediante a apresentação de pelos menos um atestado emitido por pessoa de direito público ou jurídica, que comprove a execução de serviços de complexidade operacional equivalente ou superior aos do objeto deste Termo, contendo referência à prestação de serviços de manutenção de sistemas audiovisuais, com alocação de, no mínimo, 03 (três) profissionais residentes, que equivale a aproximadamente 30% (trinta por cento) do total do efetivo da presente contratação;

4.3.3 - Experiência mínima de 2 (dois) anos na prestação de serviços de manutenção de sistemas audiovisuais, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura do Pregão:

4.3.3.1 - Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;

4.3.3.2 - Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos, registros em órgãos oficiais ou outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro.

4.3.3.3 - Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações, computados os períodos concomitantes uma única vez.

4.3.3.4 - Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

4.4 - JUSTIFICATIVA PARA A NECESSIDADE DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Em se tratando de serviço de manutenção de sistemas audiovisuais é imprescindível a qualificação técnica das empresas para que possa ser garantida a segurança e a eficácia na execução dos serviços com vistas a evitar a indisponibilidade dos sistemas de audiovisual e a interrupção dos serviços de telecomunicações do TRF 2ª Região.

4.5 – Vistoria Técnica

4.5.1 A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura do Edital, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, sanar todas as dúvidas técnicas e tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação. Esta vistoria é considerada suficiente para que o licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados.

4.5.2 As visitas serão realizadas de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 16:00, devendo ser previamente agendadas com a Seção de Manutenção de Telefonia (SECTEL) pelo tel. 2282-8084/8090 ou pelo e-mail sectel@trf2.jus.br.

4.5.3 A declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto e entrega dos serviços supre a necessidade de visita técnica.



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>



4.6 - A CONTRATADA deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações.

05. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (RESULTADOS ESPERADOS):

5.1 - Promover a continuidade da prestação jurisdicional através da operação e manutenção dos sistemas audiovisuais.

5.2 - Garantir que o cabeamento de telecomunicações seja mantido em condições de prover os serviços de telefonia e dados.

5.3 - Os benefícios almejados residem em contribuir para a prática de ações que visem o desenvolvimento sustentável, no qual o crescimento da economia e a geração de riquezas estejam integrados à preservação do meio ambiente e ao manejo adequado dos recursos naturais, assim como o direito dos indivíduos à cidadania e a qualidade de vida;

06. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

O Contratante designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do contrato oriundo do certame licitatório. São atribuições da Fiscalização:

6.1- Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas

6.2 - Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

6.3- Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

6.4- Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.

6.5 - Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o atesto da fatura para fins de liquidação e pagamento.

6.6 - A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto utilizando o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme modelo previsto no item 11 deste Termo de Referência devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixar de utilizar matérias e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.7 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>

SIGA



TRF2INC202400666



TRF2EDT202400023A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

SIGA

07. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

7.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente por ela indicada, no prazo de 05(cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos).

7.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada no mesmo prazo, contado do recebimento do documento fiscal, após a certificação do cumprimento da obrigação.

7.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.

7.1.3 - Para fins do disposto no item 7.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

7.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado do Relatório técnico mensal e da planilha de materiais efetivamente utilizados no período, além dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

7.2.1 Comprovante de regularidade perante a Fazenda Nacional (CND), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e a Justiça do Trabalho (CNDT);

7.2.2 - Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos empregados da empresa contratada que estejam prestando serviços nas dependências da CONTRATANTE;

7.2.2.1 - A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo TRF - 2ª Região, através de folha de ponto, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre este valor.

7.2.3 - A folha de pagamento, bem como os cartões de ponto, terão como período correspondente à prestação dos serviços o mês comercial, excetuando-se as folhas do primeiro e último mês de execução contratual onde será considerado o período pro rata.

7.2.4 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante.

7.2.5 - Os recebimentos de FGTS serão comprovados por meio de:

7.2.5.1 - Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GFIP) com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário;

7.2.5.2 - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP;



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



TRF2EDT202400023A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

SIGA

7.2.6 - Os recolhimentos das contribuições do INSS serão comprovados por meio de:

7.2.6.1 - cópia do comprovante de declaração à Previdência; cópia da Guia da Previdência Social (GPS) com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário;

7.2.6.2 - cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);

7.2.7 - Comprovantes de entrega de vale-transporte aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do TRF - 2ª Região, correspondente ao mês do documento fiscal;

7.2.7.1 - A comprovação da entrega de vale-transporte será feita com a apresentação de comprovante de recarga de cartões em nome de cada funcionário, acompanhado do comprovante de pagamento total realizado pela CONTRATADA à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos funcionários constante do contrato, contendo o valor do vale-transporte, o valor de desconto, data de recebimento e assinatura de todos os profissionais;

7.2.8 - Comprovantes de auxílio alimentação/refeição dos empregados, correspondentes ao mês do documento fiscal;

7.2.8.1 - A comprovação da entrega de auxílio alimentação/refeição dar-se-á com a apresentação de comprovante da empresa fornecedora dos cartões com a lista de todos os empregados da CONTRATADA, acompanhada do comprovante de pagamento total realizado pela mesma à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos empregados constante do Contrato, contendo o valor do auxílio-alimentação, data de recebimento e assinatura dos profissionais.

7.2.9 - Quadro resumo de frequências e faltas referentes ao mês;

7.2.10 - Cópia da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS, quando houver rescisão sem justa causa;

7.2.11 - Cópia do Termo de Rescisão, quando houver rescisão do contrato do trabalhador, com a devida homologação pela entidade sindical, se for o caso;

7.3 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Edital e no Contrato;

7.4 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

7.4.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

7.5 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 7.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SETEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>

SIGA



TRF2INC202400666



TRF2EDT202400023A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

SIGA

7.6 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

7.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

7.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 7.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

7.8 – Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

08. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

Trata-se de serviço comum de caráter continuado, com fornecimento de mão de obra com regime de dedicação exclusiva, a ser contratado por meio de Pregão eletrônico, pelo critério de menor preço.

09. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1 – O orçamento estimado será o indicado na planilha anexa ao Edital ou ao Aviso de Dispensa.”

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão na Programação Orçamentária constante no ID BC41 do PCA - SIGA GO

11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):

11.1 A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base nas obrigações e forma de execução, descritas neste Termo. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR, o qual define objetivamente níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

11.2 O não atendimento do IMR e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas no Edital e anexos.

11.3 Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas. A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do IMR obedecerá às tabelas 1 e 2, abaixo:



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

Tabela 1:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA	PONTUAÇÃO MÍNIMA PARA A CARACTERIZAÇÃO DA INFRAÇÃO
1	0,2% sobre o valor mensal do contrato	6 (a cada 06 ocorrências durante a vigência contratual)
2	0,5% sobre o valor mensal do contrato	10 (a cada 05 ocorrências durante a vigência contratual)
3	1% sobre o valor mensal do contrato	12 (a cada 04 ocorrências durante a vigência contratual)
4	1,5% sobre o valor mensal do contrato	12 (a cada 03 ocorrências durante a vigência contratual)
5	3,0% sobre o valor mensal do contrato	10 (a cada 02 ocorrências durante a vigência contratual)

Tabela 2:

ID	Descrição	Grau	Incidência
1	Manter profissional sem qualificação para execução dos serviços;	3	Por profissional e por dia
2	Executar serviço incompleto, paliativo, substantivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar;	2	Por ocorrência
3	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material fora das especificações contratadas;	2	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	5	Por tarefa designada
5	Recusar-se a executar serviço constante do termo contratual, sem motivo justificado e acatado pelo CONTRATANTE;	5	Por ocorrência
6	Retirar das instalações da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, sem autorização prévia do responsável	1	Por item e por ocorrência
7	Retirar profissionais ou encarregado em serviço nas instalações da CONTRATANTE, durante o expediente, sem anuência prévia da CONTRATANTE;	4	Por profissional e por ocorrência
8	Deixar de enviar substituto, com a mesma qualificação do profissional ausente, dentro do prazo de até 2(duas) horas estipulado no contrato;	1	Por profissional e por dia
9	Deixar de entregar esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante análise de documentação;	1	Por ocorrência

12. ANÁLISE DE RISCOS:

12.1 Vislumbram-se alguns riscos em curso na presente contratação. Não incluem-se, neste mapa de riscos, aqueles voltados à gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os que tangiam o processo que permeia até a formalização da contratação.



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento N°: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento N°: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

Risco 01	Risco: Atraso ou fracasso no processo licitatório	
	Probabilidade: Alto	
	Impacto: Alto	
	Dano 1: Descontinuidade do serviço de operação e manutenção de audiovisual e da manutenção dos cabamentos de telecomunicações	
	Id	Ação Preventiva
	1	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos.
	2	Definição dos critérios de seleção de fornecedores com respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle.
	3	Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade.
	Id	Ação de Contingência
	1	Alocação integral do setor responsável pelo serviço na resposta e mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório.
	2	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório.
		Responsável

Risco 02	Risco: Especificação Insuficiente para os serviços	
	Probabilidade: Baixa	
	Impacto: Alto	
	Dano 1: Serviços sendo prestados de forma que não abrange todas as necessidades institucionais.	
	Id	Ação Preventiva
	1	Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de prestação do serviço comparando com contratações similares históricas.
	Id	Ação de Contingência
	1	Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório.

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	ALTA		Risco 1
	MÉDIA		
	BAIXA		Risco 2
		BAIXA	MÉDIA
			ALTA
		GRAVIDADE /IMPACTO	



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



SIGA



TRF2EDT202400023A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

SIGA

13. Anexos:

Os anexos ao presente termo constarão do edital.



Assinado com senha por ROBERTO ALEXANDRE VITORIA DE MORAES FILHO - Assistente II / SECTEL - 06/03/2024 às 17:57:17.
Documento Nº: 4038786-5859 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4038786-5859>



TRF2INC202400666

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:09:04.
Documento Nº: 3918493.35538738-6728 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538738-6728>

ANEXO X - PLANILHA TOTALIZADORA DO VALOR DO CONTRATO					
A) MÃO DE OBRA					
I - MÃO DE OBRA / SALÁRIO					
ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	PREÇOS (R\$)		
			UNITÁRIO MENSAL	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
1	ENCARREGADO	01	R\$ 9.780,74	R\$ 9.780,74	R\$ 117.368,84
2	OPERADOR DE MÍDIA	05	R\$ 10.030,21	R\$ 50.151,03	R\$ 601.812,38
3	TÉCNICO DE TELECOMUNICAÇÕES	01	R\$ 8.182,22	R\$ 8.182,22	R\$ 98.186,69
4	PROFISSIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	02	R\$ 8.001,66	R\$ 16.003,32	R\$ 192.039,89
VALOR TOTAL ANUAL - MÃO DE OBRA		09			R\$ 1.009.407,80
B) VALOR MATERIAIS DE REPOSIÇÃO E SERVIÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO				VALOR TOTAL ANUAL
	SERVIÇO				
1	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS				R\$ 66.357,60
	MATERIAIS E SERVIÇOS PAGOS POR DEMANDA				
2	MATERIAIS DE REPOSIÇÃO				R\$ 42.110,54
	VALOR TOTAL MATERIAIS E SERVIÇOS				R\$ 108.468,14

O custo das ferramentas foi considerado pelos valores das respectivas depreciações, sendo incluído nas planilhas de custo de mão de obra.

VALOR TOTAL ANUAL DO CONTRATO (A + B)	R\$ 1.117.875,94
---------------------------------------	------------------



DEMONSTRATIVO DE CÁLCULO						

Vale Transporte (nos termos da Lei nº 7.418/85)						
Categoria	Bilhete	dias úteis	ida e volta *	6%	Salário-base	Custo Mensal
ENCARREGADO	R\$8,55	21	2	0,06	R\$3.787,48	R\$131,85
OPERADOR DE MÍDIA	R\$8,55	21	2	0,06	R\$3.900,00	R\$125,10
TÉCNICO DE TELECOMUNICAÇÕES	R\$8,55	21	2	0,06	R\$3.082,06	R\$174,18
PROFISSIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	R\$8,55	21	2	0,06	R\$3.000,62	R\$179,06

Café da manhã (Cláusula 11ª da CCT 2023/2025 (SINDISTAL))	
Planilha de repactuação (TRF2-CAP-2023/05809) do Contrato 014/2019, TRF2-EOF-2018/00137.03: R\$ 7,00 x 21 dias	R\$147,00

Vale Refeição (Cláusulas 12ª CCT 2023/2025 (SINDISTAL))					
Categoria	Valor	dias úteis	Total	Parcela custeada pelo empregado	Custo Mensal
ENCARREGADO	R\$ 17,50	21	R\$ 367,50	0,00	R\$ 367,50
OPERADOR DE MÍDIA	R\$ 17,50	21	R\$ 367,50	0,00	R\$ 367,50
TÉCNICO DE TELECOMUNICAÇÕES	R\$ 17,50	21	R\$ 367,50	0,00	R\$ 367,50
PROFISSIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES	R\$ 17,50	21	R\$ 367,50	0,00	R\$ 367,50

Depreciação					
Objeto	Custo Total	Percentual	Custo - Depreciação	Custo Mensal	Custo p/ empregado
Ferramentas	R\$ 8.846,98	10%	R\$ 884,70	R\$ 73,72	R\$ 8,19



* O custo por empregado foi calculado considerando o efetivo mínimo de 9 profissionais

Seguro de Vida (Cláusula 17ª CCT 2023/2025)	
Média de 3 (três) contratações do Banco de Preços	R\$ 11,35



TRF2EDT202400023A

ANEXO VI - PLANILHA DE PREÇOS DE UNIFORMES					
Encarregado de Turma					
Item	Descrição	Qtd (anual)	Valor unitário médio	Total	Correção pelo IPCA acumulado de 08/2023 a 02/2024 - 2,85279%
1	Calça comprida tipo jeans escuras	4	R\$ 73,42	R\$ 293,68	R\$302,20
2	Camisa polo com emblema ou logomarca da empresa	8	R\$ 49,44	R\$ 395,52	R\$406,99
3	Par de meia	8	R\$ 11,12	R\$ 88,96	R\$91,54
4	Terno completo (calça, camisa, paletó e gravata)	1	R\$ 307,81	R\$ 307,81	R\$316,74
5	Par de sapato cor preta	2	R\$ 85,94	R\$ 171,88	R\$176,86
			Custo Total Anual	R\$ 1.257,85	R\$1.294,33
			Custo Total Mensal	R\$ 104,82	R\$107,86

ANEXO VI - PLANILHA DE PREÇOS DE UNIFORMES					
Técnico de Telecomunicações					
Item	Descrição	Qtd (anual)	Valor unitário médio	Total	Correção pelo IPCA acumulado de 08/2023 a 02/2024 - 2,85279%
1	Calça comprida tipo jeans escuras	4	R\$ 73,42	R\$ 293,68	R\$302,20
2	Camisa polo com emblema ou logomarca da empresa	8	R\$ 49,44	R\$ 395,52	R\$406,99
3	Par de meia	8	R\$ 11,12	R\$ 88,96	R\$91,54
4	Par de sapato cor preta	2	R\$ 85,94	R\$ 171,88	R\$176,86
			Custo Total Anual	R\$ 950,04	R\$977,59
			Custo Total Mensal	R\$ 79,17	R\$81,47

ANEXO VI - PLANILHA DE PREÇOS DE UNIFORMES					
Operador de Mídia Audiovisual					
Item	Descrição	Qtd (anual)	Valor unitário	Total	Correção pelo IPCA acumulado de 08/2023 a 02/2024 - 2,85279%
1	Calça comprida tipo jeans escuras	4	R\$ 73,42	R\$ 293,68	R\$302,20
2	Camisa polo com emblema ou logomarca da empresa	8	R\$ 49,44	R\$ 395,52	R\$406,99



3	Par de meia	8	R\$ 11,12	R\$ 88,96	R\$91,54
4	Terno completo (calça, camisa, paletó e gravata)	1	R\$ 307,81	R\$ 307,81	R\$316,74
5	Par de sapato cor preta	2	R\$ 85,94	R\$ 171,88	R\$176,86
			Custo Total Anual	R\$ 1.257,85	R\$1.294,33
			Custo Total Mensal	R\$ 104,82	R\$107,86

ANEXO VI - PLANILHA DE PREÇOS DE UNIFORMES					
Profissional de Telecomunicações					
Item	Descrição	Qtd (anual)	Valor unitário	Total	Correção pelo IPCA acumulado de 08/2023 a 02/2024 - 2,85279%
1	Calça comprida tipo jeans escuras	4	R\$ 73,42	R\$ 293,68	R\$302,20
2	Camisa polo com emblema ou logomarca da empresa	8	R\$ 49,44	R\$ 395,52	R\$406,99
3	Par de meia	8	R\$ 11,12	R\$ 88,96	R\$91,54
5	Par de sapato cor preta	2	R\$ 85,94	R\$ 171,88	R\$176,86
			Custo Total Anual	R\$ 950,04	R\$977,59
			Custo Total Mensal	R\$ 79,17	R\$81,47



Ferramentas						
ITEM	DESCRIÇÃO	MODELO	QUANT.	Custo Unitário	Custo Total	Correção pelo IPCA acumulado de 08/2023 a 02/2024 - 2,85279%
USO INDIVIDUAL						
1	ALICATE DE BICO DE 6"	Isolação 1000 volts	9	R\$ 24,91	R\$ 224,19	R\$230,69
2	ALICATE DE CORTE DIAGONAL DE 6"	Isolação 1000 volts	9	R\$ 23,89	R\$ 215,01	R\$221,25
3	ALICATE UNIVERSAL DE 8"	Isolação 1000 volts	9	R\$ 30,97	R\$ 278,73	R\$286,81
4	JOGO DE CHAVES FENDA	Isolação 1000 volts	9	R\$ 29,84	R\$ 268,56	R\$276,35
5	JOGO DE CHAVES PHILIPS	Isolação 1000 volts	9	R\$ 30,80	R\$ 277,20	R\$285,24
6	ESTILETE		9	R\$ 33,73	R\$ 303,57	R\$312,37
7	TRENA DE AÇO DE 3 m		9	R\$ 15,23	R\$ 137,07	R\$141,05
8	BOLSA PARA FERRAMENTAS PORTÁTIL		9	R\$ 51,70	R\$ 465,30	R\$478,79
9	ALICATE CRIMPADOR RJ 11 E RJ 45		9	R\$ 61,82	R\$ 556,38	R\$572,52
10	ALICATE BARGOA		9	R\$ 16,93	R\$ 152,37	R\$156,79
11	ALICATE PUCH DOWN PARA CABEAMENTO ESTRUTURADO		9	R\$ 55,71	R\$ 501,39	R\$515,93
12	LOCALIZADOR DE PARES		4	R\$ 177,32	R\$ 709,28	R\$729,85
13	LANTERNA	Recarregável / Led	9	R\$ 51,50	R\$ 463,50	R\$476,94
14	Cartucho de fita laminada TZE-FX251, preto sob branco, com 24mm, comprimento da fita: 8 metros		2	R\$ 137,73	R\$ 275,46	R\$283,45
15	Cartucho de fita laminada p TZE-FX241, preto sob branco, com 18mm, comprimento da fita: 8 metros		2	R\$ 126,41	R\$ 252,82	R\$260,15
16	Rotulador eletrônico	Brother PT E500VP ou similar	1	R\$ 1.451,27	R\$ 1.451,27	R\$1.493,36



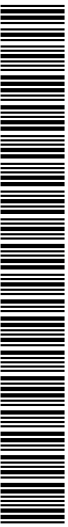
17	Ferro de solda 60W,solda e suporte		5	R\$ 39,03	R\$ 195,15	R\$200,81
18	Multímetro digital para eletrônica	Minipa ET 2042F ou similar	5	R\$ 374,08	R\$ 1.870,40	R\$1.924,64
VALOR TOTAL					R\$ 8.597,65	R\$8.846,98



Equipamento de Proteção Individual - EPI						
ITEM	DESCRIÇÃO	MODELO	QUANT.	Custo Unitário	Custo Total	Correção pelo IPCA acumulado de 08/2023 a 02/2024 - 2,85279%
1	Luva isolante para eletricitista - classe 00 - tensão 2500V - de acordo com a norma ANSI/ASTM D120-02 -para tensão máxima de uso de até 500V - tamanho 10	Deltaplus ou similar	4	R\$305,11	R\$1.220,44	R\$1.255,83
2	Botina de Segurança para Eletricitista - modelo masculino - na cor preta - confeccionada em vaqueta relax - com colarinho acolchoado - solado em poliuretano bi-densidade - antiestático - com perfil antiderrapante - com sistema amortecedor schock absorber - de amarrar - palmilha antimicrobiana e taloneiras - sem componentes metálicos - tipo B - observando o item 6.9.3 da NR-6 da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego	Fujiwara ou similar	4	R\$143,95	R\$575,80	R\$592,50
3	Óculos de proteção - anti-embaçante - lentes de policarbonato incolor - armação convencional de nylon - com tratamento anti-risco e abas de proteção lateral	Danny código 5921 ou similar	4	R\$7,30	R\$29,20	R\$30,05
4	Capacete com aba frontal, alta resistência dielétrica, classe b com carneira - branco	MSA V-GARD ou similar	4	R\$67,95	R\$271,80	R\$279,68
CUSTO TOTAL (anual)					R\$2.097,24	R\$2.158,06
CUSTO TOTAL (mensal)					R\$174,77	R\$179,84
Custo total por profissional (considerando o efetivo de 9 profissionais)					R\$19,42	R\$19,98



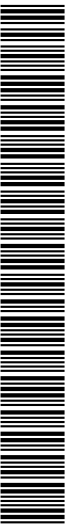
MATERIAL								
Item	Nome do Material	Descrição do Produto	Código da Categoria	Unidade	Quantidade anual	PREÇO UNITÁRIO	Subtotal	Correção pelo IPCA acumulado de 08/2023 a 02/2024 - 2,85279%
1	Cabo paralelo polarizado / 0,75 mm2	Cabo paralelo polarizado cristal para ligações de caixas acústicas e sonorização ambiente. Seção de 0,75 mm2; Cor: Transparente com polarização interna; Condutores: Polarizado Interno com 1 veia de cobre nú e 1 veia de cobre estanhado. REF.: Cabo Paralelo Plus 2x0,75mm² Cristal Plus Rolo 100m 9190CRSN	1-Fios/Cabos	metros	100	R\$1,90	R\$190,00	R\$195,51
2	Fio Jumper preto e laranja	Bobina com 500 metros de fio tipo "jumper", nas cores preta e laranja ou preto e branco. Condutor: Fio sólido de cobre eletrolítico estanhado, têmpera mole. Isolação: Composto termoplástico de cloreto de polivinila (PVC). Aplicações: Indicados para uso em distribuidores gerais, interligação de blocos de armários de distribuição, caixas internas de edifícios, caixas terminais e montagens de instalações provisórias.	1-Fios/Cabos	Bobina c/ 500 m	4	R\$259,95	R\$1.039,80	R\$1.069,95
3	Cabo paralelo polarizado / 1,5 mm2	Cabo paralelo polarizado cristal para ligações de caixas acústicas e sonorização ambiente - CONTROLLER ou similar. Seção de 1,5 mm2; Cor: Transparente com polarização interna; Condutores: Polarizado Interno com 1 veia de cobre nú e 1 veia de cobre estanhado.	1-Fios/Cabos	metros	200	R\$2,87	R\$574,00	R\$590,65
4	Cabo paralelo polarizado / 2,5 mm2	Cabo paralelo polarizado cristal para ligações de caixas acústicas e sonorização ambiente - CONTROLLER ou similar. Seção de 2,5 mm2; Cor: Transparente com polarização interna; Condutores: Polarizado Interno com 1 veia de cobre nú e 1 veia de cobre estanhado.	1-Fios/Cabos	metros	200	R\$3,09	R\$618,00	R\$635,92
5	Cabo espiralado preto	Cordão telefônico espiral compatível com telefones Intelbras, devendo possuir no mínimo 2,3 metros de comprimento com o cabo esticado, 4 vias, equipado com conectores RJ11 nas duas extremidades. Cor: Preto.	1-Fios/Cabos	unidades	50	R\$6,90	R\$345,00	R\$355,01
6	Cabo CCI - 2 pares	Rolo de 200 metros de cabo telefônico tipo CCI-50 de 2 pares. Características: Composto por material condutor de cobre estanhado, isolados e protegidos por capa externa de pvc - cloreto de polivinila; Diâmetro do condutor interno igual a 0,50 mm (24 AWG). Aplicação: Utilizado para instalações de telefones residenciais e comerciais, ramais internos de PABX, ramais de PBX, ligações centrais de portarias em condomínios e distribuição de linhas e ramais em edifícios.	1-Fios/Cabos	rolos c/ 200 metros	20	R\$292,17	R\$5.843,40	R\$6.012,86
7	Cabo telefônico chato de 4 vias	Cabo telefônico com 4 vias para plug RJ 11, cor branca; Material condutor: cobre; Isolamento: PVC - cloreto de polivinila; Aplicação: para uso em aparelhos telefônicos; Características adicionais: 4 fios nas cores preto, vermelho, verde e amarelo, formato da capa externa lisa e chata.	1-Fios/Cabos	metros	100	R\$2,38	R\$238,00	R\$244,90
8	Cabo Telefônico RJ11 / RJ11	Cabo para telefone, fax e modem, conexão RJ11 6 vias x 4 contatos, e cabo flat liso, comprimento 1,5 metros.	1-Fios/Cabos	unidades	100	R\$1,61	R\$161,00	R\$165,67
9	Cabo CI 50x10 pares	Cabo telefônico tipo CI-50 de 10 pares, com blindagem, material condutor cobre estanhado, diâmetro do condutor interno: 0,50 mm, quantidade de condutores igual a 20, material capa externa pvc - cloreto de polivinila cor cinza.	1-Fios/Cabos	rolo c/ 200 metros	3	R\$1.505,00	R\$4.515,00	R\$4.645,94



TRF2EDT202400023A



10	Cabo UTP Cat6 caixa com 305 m LSZH -	A) Cabo UTP com 4 pares, categoria 6, LSZH B) Deverá ser construído com material revestimento PVC – cloreto de polivinila antichama, material condutor de cobre, bitola de 24 AWG, tipo condutor 4 pares, cor azul, padrão cabeamento UTP-6, características adicionais referência ANSI/TIA/EIA 568-A, aplicação rede de informática. C) Deverá possuir comprimento mínimo de 300 (trezentos) metros e identificação impressa ao longo do corpo do cabo e marcação sequencial de comprimento, permitindo a identificação da metragem. D) Deverá apresentar classificação de flamabilidade do tipo LSZH (Low Smoke Zero Halogen). E) Deverá possuir certificado de homologação ANATEL, dentro da validade, como tipo de produto “Cabo para Transmissão de Dados”.	1-Fios/Cabos	caixa com 305m	2	R\$2.023,86	R\$4.047,72	R\$4.165,10
11	Cabo UTP Cat 5E caixa com 305 m LSZH -	A) Cabo UTP com 4 pares categoria 5e, LSZH B) Deverá ser construído com material revestimento PVC – cloreto de polivinila antichama, material condutor de cobre, bitola de 24 AWG, tipo condutor 4 pares, cor azul, padrão cabeamento UTP-5e, características adicionais referência ANSI/TIA/EIA 568-A, aplicação rede de informática. C) Deverá possuir comprimento mínimo de 300 (trezentos) metros e identificação impressa ao longo do corpo do cabo e marcação sequencial de comprimento, permitindo a identificação da metragem. D) Deverá apresentar classificação de flamabilidade do tipo LSZH (Low Smoke Zero Halogen). E) Deverá possuir certificado de homologação ANATEL, dentro da validade, como tipo de produto “Cabo para Transmissão de Dados”.	1-Fios/Cabos	caixa com 305m	12	R\$1.153,67	R\$13.844,04	R\$14.245,52
12	Cabo balanceado para microfone 2x 0,30	Cabo balanceado para microfones, estéreo, com dois condutores de cobre com bitola igual a 0,30 mm2 / 22AWG, blindagem com fita de alumínio e malha de cobre trançado, cobertura em PVC flexível cor preto, Marca Santo Angelo modelo X30, ou similar.	1-Fios/Cabos	Rolo c/ 100 metros	1	R\$490,29	R\$490,29	R\$504,51
13	Conector RJ11 4 vias	Conector macho RJ 11 4 vias e 4 contatos para crimpagem de fio telefônico.	3- Conectores/Telefonia	unidades	100	R\$0,38	R\$38,00	R\$39,10
14	Conector RJ-45 CAT 6	Conector RJ45 macho, cat 6, 8 vias, para cabo UTP termoplástico de alto impacto, vias de contato produzidas em bronze fosforoso, com camadas de 2,54 µm, de níquel e 1,27 µm de ouro, em conformidade com as normas ANSI/TIA/EIA 568A/568B.2, ISO/IEC 11801 e NBR 14565	3- Conectores/Telefonia	unidades	30	R\$7,42	R\$222,60	R\$229,06
15	Conector RJ-45 CAT 5E	Conector RJ45 macho, cat 5E, 8 vias, para cabo UTP termoplástico de alto impacto, vias de contato produzidas em bronze fosforoso, com camadas de 2,54 µm, de níquel e 1,27 µm de ouro, em conformidade com as normas ANSI/TIA/EIA 568A/568B.2, ISO/IEC 11801 e NBR 14565	3- Conectores/Telefonia	unidades	300	R\$3,49	R\$1.047,00	R\$1.077,36
		A) Conector Keystone RJ-45, fêmea, com 8 vias, categoria 6, não						R\$758,17



TRF2EDT202400023A



16	Conector Fêmea RJ 45 CAT 6	blindado. B) Similar ao conector fêmea SohoPlus 35050424, UL: E173971. C) Deverá ser listado ou verificado pela UL (Underwriters Laboratories Inc) e atender às normas ABNT NBR 14565 e RoHS. D) Deverá possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso e revestidas com uma camada de níquel e ouro e corpo em termoplástico não propagante à chama (padrão UL94V-0 ou superior).	3- Conectores/Telefonia	Unidades	30	R\$24,56	R\$736,80	R\$0,00
17	Conector Fêmea RJ 45 CAT 5E	A) Conector Keystone RJ-45, fêmea, com 8 vias, categoria 5e, não blindado.	3- Conectores/Telef	Unidades	300	R\$17,32	R\$5.196,00	R\$5.346,68 R\$0,00
18	Adaptador "T" (Duplicador RJ11) com três fêmeas	Adaptador "T" duplicador de linha telefônica, com três fêmeas RJ11, Material: plástico ABS, plugues e tomadas em latão niquelado. Aplicação: para montagem de extensões telefônicas. Deve possuir uma entrada fêmea RJ11, e duas saídas fêmeas RJ11, todas com 4 vias.	3- Conectores/Telefonia	unidades	20	R\$4,43	R\$88,60	R\$91,17
19	Keystone RJ11 com 4 vias CAT.3	Keystone (conector fêmea) RJ11 com 4 vias CAT.3. Deve possuir conectores do tipo 110 idc . Aplicação: instalação de linhas telefônicas. Cor: branco	3- Conectores/Telefonia	unidades	100	R\$6,57	R\$657,00	R\$676,05
20	Fita isolante	Fita isolante, plástica, adesiva, antichama, largura não inferior a 19 mm, rolo com 20 metros de comprimento, espessura igual a 0,19 mm, classe de temperatura: 90°C, indicada para uso profissional, marca ScotchMR 33 3M ou similar.	5 - Fitas	unidades	24	R\$25,25	R\$606,00	R\$623,57
21	Abraçadeira plástica 200 x 4,8 mm	Embalagem contendo 100 abraçadeiras de nylon, tipo com ranhuras para sistema de travamento definitivo, na cor natural ou preta, com comprimento de 200 mm e largura de 4,8 mm, para amarração de fios e cabos.	5-Fitas/Isolantes	emb. c/ 100 peças	10	R\$17,82	R\$178,20	R\$183,37
22	Barra Sindal 212	Barra de conectores tipo Sindal código 212 ou similar, Código: 212, contendo 12 bornes, isolamento em polietileno, para fios com bitola até 6 mm2, medindo aproximadamente 11,5 cm de comprimento por 2,5 cm de largura.	8- Componentes/Áudio e Vídeo	unidades	10	R\$24,73	R\$247,30	R\$254,47
Total:							R\$40.923,75	R\$42.110,54



SISTEMA AUDIO VISUAL - EQUIPAMENTOS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	Repacutação - Contrato 13/2019	Repacutação - Cont. 13/2019 - Valores corrigidos pelo IPCA acumulado (12/2022 a 02/2024)	VALOR TOTAL
1	Amplificador Applause modelo PA -400	6	R\$7,20	R\$7,68	R\$46,05
2	Amplificador CICLOTRON MOD. DKB 1500	1	R\$7,51	R\$8,01	R\$8,01
3	Amplificador de áudio, marca: Hayonik, modelo: SA 2400	1	R\$7,51	R\$8,01	R\$8,01
4	Amplificador de áudio, marca: Hayonik, modelo: SA 2600	1	R\$7,51	R\$8,01	R\$8,01
5	Amplificador de potência - marca: ATTACK modelo: EX - 2000	1	R\$7,51	R\$8,01	R\$8,01
6	Amplificador de potência EX-2000 ATTACK	1	R\$7,51	R\$8,01	R\$8,01
7	Amplificador HOTSOUND HS 300	1	R\$5,81	R\$6,19	R\$6,19
8	Amplificador marca NASHVILLE NA 2200 PRO (225 W RMS)	1	R\$7,51	R\$8,01	R\$8,01
9	Amplificador NCH PWM 300 70V	1	R\$7,51	R\$8,01	R\$8,01
10	Amplificador NCH PWM 70V	1	R\$7,51	R\$8,01	R\$8,01
11	Amplificador SANKIA, MOD. SPL - 150	4	R\$5,81	R\$6,19	R\$24,77
12	Amplificador WATSON PRH 800	1	R\$9,22	R\$9,83	R\$9,83
13	Amplificador, marca Appotek, modelo AKL 250	1	R\$7,51	R\$8,01	R\$8,01
14	Amplificador, marca Appotek, modelo K5b	2	R\$7,51	R\$8,01	R\$16,01
15	Amplificador, marca HAYONIK, modelo SA 2600	5	R\$7,51	R\$8,01	R\$40,03



16	Aparelho Blu-ray player-marca:PHILIPS-modelo:BDP3100X/78 HDMI/USB	1	R\$5,81	R\$6,19	R\$6,19
17	Aparelho DVD Blu-Ray, marca Sony, modelo BDP -S380.	1	R\$5,81	R\$6,19	R\$6,19
18	Ativador de RF em cada linha de microfone	6	R\$4,10	R\$4,37	R\$26,22
19	Caixa acústica - Descrição: Mini (retorno 12" ARPAM) com chave seletora	1	R\$5,81	R\$6,19	R\$6,19
20	Caixa acústica 200W - marca LEACS- modelo: TP12	2	R\$9,22	R\$9,83	R\$19,66
21	Caixa acústica amplificada - caixas de som amplificadas com peso de 15kg, alto falante de 15'', 300W rms, marca: Staner, modelo SR 315A	1	R\$7,51	R\$8,01	R\$8,01
22	Caixa acústica amplificada 2 vias; 200 W (RMS) marca MACKIE, modelo: TH15-A	2	R\$9,22	R\$9,83	R\$19,66
23	Caixa acustica amplificada marca ATTACK, modelo MP-300	2	R\$7,51	R\$8,01	R\$16,01
24	Caixa acústica amplificada-Descrita:420RMS-Marca Attack modelo:MP604TI	2	R\$5,81	R\$6,19	R\$12,39
25	Caixa acústica Control 10 JBL	1	R\$5,81	R\$6,19	R\$6,19
26	Caixa Acústica Lando Mod. CC60	8	R\$5,47	R\$5,83	R\$46,65
27	Caixa acústica Staner PS100P(8 Ohm)	19	R\$5,81	R\$6,19	R\$117,68
28	Caixa acústica staner PS100P(8OHM)	4	R\$5,81	R\$6,19	R\$24,77
29	Caixa Acústica WATSOM PSR 800 (200 W)	2	R\$7,51	R\$8,01	R\$16,01
30	Caixa de Som com Subwoofer 80Wrms - Multilaser - Modelo: SP 177	7	R\$4,10	R\$4,37	R\$30,59



31	Camera filmadora : com um novo design de ombro e 3 sensores CMOS EXMOR, FULL HD, marca: SONY, modelo: PMW 320K- série: 106246	1	R\$518,32	R\$552,53	R\$552,53
32	Camera filmadora HDV,DVCAM E DV em fita MINI DV, marca: SONY e modelo: HVR-Z7N	1	R\$105,78	R\$112,76	R\$112,76
33	Camera filmadora SONY profissional - modelo: NEX-FS100N	1	R\$105,78	R\$112,76	R\$112,76
34	Câmera Riote – modelo VIDPROM	9	R\$37,02	R\$39,46	R\$355,17
35	Carregador de bateria marca: WATSON	1	R\$4,10	R\$4,37	R\$4,37
36	Carregador de bateria para filmadora PMW 320K modelo: VL-2-PLUS	1	R\$5,81	R\$6,19	R\$6,19
37	CD player PIONEER PTD – M 427	1	R\$5,81	R\$6,19	R\$6,19
38	CD player TEAC – Modelo: PDD3000	1	R\$5,81	R\$6,19	R\$6,19
39	Compressor de som – 4 canais – marca BEHRING – modelo MDX4600	1	R\$5,81	R\$6,19	R\$6,19
40	Compressor de som – descrição: de áudio; marca: ALESIS modelo 3630	1	R\$6,35	R\$6,77	R\$6,77
41	COMPRESSOR DE SOM – descrição: de áudio; marca: ALESIS modelo 3630	2	R\$6,35	R\$6,77	R\$13,54
42	Compressor Estéreo Alesis – Modelo: 3630	7	R\$6,35	R\$6,77	R\$47,38
43	Controlador de Câmera – Descrição Joystick	7	R\$6,35	R\$6,77	R\$47,38
44	Deck TEAC W-790R	1	R\$5,81	R\$6,19	R\$6,19
45	Distribuidor de vídeo composto, modelo DV 150 marca Transcortec.	3	R\$4,10	R\$4,37	R\$13,11
46	Distribuidor de vídeo VGA/XGA, modelo DVGA 180 marca Transcortec.	3	R\$4,10	R\$4,37	R\$13,11
47	Distribuidor e amplificador de vídeo composto (Booster Splitter) marca Migtec, modelo VB01.	1	R\$4,10	R\$4,37	R\$4,37



48	Equalizador Gráfico 31 Bandas	1	R\$9,22	R\$9,83	R\$9,83
49	Equalizador Gráfico Berhinger GEQ 3102	5	R\$9,52	R\$10,15	R\$50,74
50	Equalizador gráfico CICLOTRON TGE 2312	1	R\$9,22	R\$9,83	R\$9,83
51	EQUALIZADOR GRÁFICO ESTÉREO PROFISSIONAL 31 bandas para aplicações ao vivo e de estúdio (89x482,6x150mm; peso 2,5Kg; Marca BEHRINGER	2	R\$9,22	R\$9,83	R\$19,66
52	Filmadora digital – Descrição:Câmera AVCHD compatível com pedestal Manfrotto. Marca Sony – Modelo: HXR–MC2000	1	R\$105,78	R\$112,76	R\$112,76
53	Fone de Ouvido – Marca: Philips – Modelo: SHP 2500	12	R\$4,23	R\$4,51	R\$54,11
54	Gongo Unic. MOD. GO 800	1	R\$4,10	R\$4,37	R\$4,37
55	Gravador de DVD marca LG (HD 160GB) modelo RH397H	1	R\$9,22	R\$9,83	R\$9,83
56	Gravador de DVD Philips Modelo DVDR 3355	1	R\$9,22	R\$9,83	R\$9,83
57	Gravador de DVD–HDD 160 GB, CONEXÃO HDMI,time machine com 6 horas, USB PLUS marca LG, modelo DVDRH 397H	17	R\$9,52	R\$10,15	R\$172,52
58	GRAVADOR DE VOZ marca Sony modelo PX 312; descrição digital; ESTÉREO 2GB; ligação a PC microfone mono; MP3; bateria AAAX2	1	R\$6,35	R\$6,77	R\$6,77
59	Gravador digital BOSS – micro BR digital recorder BR-80	1	R\$9,22	R\$9,83	R\$9,83
60	Gravador portátil digital- marca: ZOOM, modelo: H4N	1	R\$9,22	R\$9,83	R\$9,83
61	Headphone Marca AKG – Modelo: K52	10	R\$6,35	R\$6,77	R\$67,69
62	Headphone marca AKG tipo concha	20	R\$6,35	R\$6,77	R\$135,38



TRF2EDT202400023A



63	Iluminador de LED profissional, marca YONGNUO, modelo YN300, fonte de 300 LEDS, luminosidade 2280 Lumens	1	R\$7,52	R\$8,02	R\$8,02
64	Leitor de cartão de memória - marca: SONY, modelo: SBAC US-20, série: 0101205	1	R\$5,81	R\$6,19	R\$6,19
65	Mesa de som . - descricao: 16 canais - marca: CICLOTRON - modelo: CSM16C	1	R\$30,68	R\$32,70	R\$32,70
66	Mesa de som . - descricao: 16 canais com 4 canais auxiliares - marca: CICLOTRON - modelo: CSM 16 ISC	1	R\$30,68	R\$32,70	R\$32,70
67	Mesa de Som 16 Canais Mackei Mod. CR-1604	1	R\$30,68	R\$32,70	R\$32,70
68	Mesa de som 32 canais mono de entrada ,16 saída,33 faders motorizados com rollout, marca Yamaha	1	R\$30,68	R\$32,70	R\$32,70
69	Mesa de som CICLOTRON CMC 40 XLS	1	R\$30,68	R\$32,70	R\$32,70
70	Mesa de som CICLOTRON CSM 16 CANAIS	2	R\$30,68	R\$32,70	R\$65,41
71	Mesa de som de 16 canais – Yamaha – Modelo: MG166C	1	R\$16,06	R\$17,12	R\$17,12
72	MESA DE SOM DIGITAL/48 CANAIS – marca Yamaha– modelo M7CL-48	1	R\$514,98	R\$548,97	R\$548,97
73	Mesa de Som STANER S.08 (08 canais)	1	R\$9,22	R\$9,83	R\$9,83
74	Mesa de som–Descrição: 08canais, marca Behringer, modelo XENIX1204FX	1	R\$16,06	R\$17,12	R\$17,12
75	Microfone com fio profissional - marca: LESON, modelo: SM58	1	R\$4,10	R\$4,37	R\$4,37
76	Microfone com fio profissional - marca: SONY, modelo: F780	1	R\$4,10	R\$4,37	R\$4,37



77	Microfone com fio, marca: SONY, modelo: F112	1	R\$5,81	R\$6,19	R\$6,19
78	Microfone de lapela – marca SENNHEISER – modelo EW122G	1	R\$19,47	R\$20,76	R\$20,76
79	Microfone de Lapela TSI Modelo MS115CLI	1	R\$7,52	R\$8,02	R\$8,02
80	Microfone de lapela, marca: SENNHEISER, modelo EW122G2	2	R\$19,47	R\$20,76	R\$41,51
81	Microfone de lapela, Marca: SONY, modelo do receptor: URX-P03, modelo do transmissor: UTX-B03	1	R\$12,64	R\$13,47	R\$13,47
82	Microfone de mesa - descricao: microfone de mesa (gooseneck) com cápsula a condensador - marca: TSI - modelo: MMF 202	1	R\$5,29	R\$5,64	R\$5,64
83	Microfone de Mesa – Gooseneck – Modelo: TSI MMF302	16	R\$6,35	R\$6,77	R\$108,31
84	Microfone de Mesa Tipo <i>Gooseneck</i> MF marca TSI (Turmas e Seções Especializadas)	103	R\$5,29	R\$5,64	R\$580,83
85	Microfone LE SON SM58B	2	R\$4,10	R\$4,37	R\$8,74
86	Microfone LE SON SM–58BK	5	R\$5,29	R\$5,64	R\$28,20
87	Microfone LESON Modelo SM58BK	2	R\$5,29	R\$5,64	R\$11,28
88	Microfone Profissional – Marca: Leson – Modelo: SM58 PLUS	4	R\$5,81	R\$6,19	R\$24,77
89	Microfone Profissional – Marca: Leson – Modelo: SM58BK	2	R\$5,29	R\$5,64	R\$11,28
90	Microfone profissional com fio Modelo: 650 SW, marca TSI	6	R\$6,15	R\$6,56	R\$39,34
91	Microfone Profissional <i>Gooseneck</i> CSR–GM 11 (Subsecretaria da 5ª Turma Especializada)	1	R\$5,81	R\$6,19	R\$6,19
92	Microfone Profissional Le Son SM–58	2	R\$4,10	R\$4,37	R\$8,74



93	Microfone sem fio - descricao: microfone sem fio com receptor de diversidade UHF montável,frequência 45hz-15khz, alimentação externa tipo bateria, seletor liga/desliga, nº de canais 90, mudo integrado - marca: Shure - modelo: PGX4/PGX2	1	R\$14,35	R\$15,30	R\$15,30
94	Microfone sem fio - marca: BLX	1	R\$10,94	R\$11,66	R\$11,66
95	Microfone sem fio – marca: LYCO – modelo: UH– 01M	1	R\$5,81	R\$6,19	R\$6,19
96	Microfone sem fio - sistema de gravação, recepção e reprodução de som, marca: SHURE, modelo: SLX24/BETA58A	1	R\$19,47	R\$20,76	R\$20,76
97	Microfone sem fio de Lapela SHURE Modelo: UT14/93	1	R\$19,47	R\$20,76	R\$20,76
98	Microfone sem Fio de Lapela SHURE SM–58 c/ 02 antenas	2	R\$10,94	R\$11,66	R\$23,32
99	Microfone sem fio de lapela, marca: SENNHEISER, modelo: EW112PG3	1	R\$16,06	R\$17,12	R\$17,12
100	Microfone Sem Fio GEMINI NX210	1	R\$19,47	R\$20,76	R\$20,76
101	Microfone sem fio marca KARSECT, modelo KRU–361 HT–35	1	R\$5,81	R\$6,19	R\$6,19
102	Microfone Sem Fio SHURE – modelo: PGX4/PGX2	1	R\$14,35	R\$15,30	R\$15,30
103	Microfone sem fio SHURE modelo: PGX24/SM58 composto por um transmissor e por um receptor de mão com cápsula	1	R\$19,47	R\$20,76	R\$20,76
104	Mini–Microfone de Lapela GEMINI NX 210	1	R\$5,81	R\$6,19	R\$6,19



105	Mixer Cygnus – modelo MM 800	1	R\$5,81		
				R\$6,19	R\$6,19
106	Mixer, marca Unic, modelo MM800	1	R\$5,81	R\$6,19	R\$6,19
107	Modulador de RF ágil programável VHF–UHF cabo F.I, para utilização na modulação de canais gerados localmente, marca Ágil, modelo MD.	2	R\$4,10		
				R\$4,37	R\$8,74
108	Monitor de TV digital, tela plana LCD de LED de 42 polegadas, resolução “full hd” com decodificador digital HDTV embutido, modelo LG 42LV3500.	3	R\$19,47		
				R\$20,76	R\$62,27
109	Monitor de vídeo 9’ – tela LCD com TV VHF E UHF, marca BAK MONITOR 9’	8	R\$10,58	R\$11,28	R\$90,23
110	Monitor HD/SD widescreen de 26’’ - marca Panasonic, série D2TWA0022	1	R\$9,22		
				R\$9,83	R\$9,83
111	Painel de Conexão Audiovisual para fixação na parede, composta por caixa e tampa, para instalações aparentes do tipo sobrepor, e acompanhada de uma tomada AC, um conector VGA fêmea e um conector RCA fêmea,marca PISMA, modelo CX.	8	R\$6,88		
				R\$7,33	R\$58,67
112	Placa de Captura Intensity Shuttle – Sony – Modelo: RMBR300	8	R\$19,47	R\$20,76	R\$166,04
113	Pré–amplificador DELTA MOD. DBR 908	1	R\$5,81	R\$6,19	R\$6,19
114	Projeto marca EPSON– modelo: POWER LITE W29	1	R\$30,68	R\$32,70	R\$32,70
115	Projeto multimidia - descricao: tipo teto e mesa - marca: Epson - modelo: Powerlite W29	1	R\$30,68	R\$32,70	R\$32,70



TRF2EDT202400023A



116	Projektor multimídia - descrição: tipo teto e mesa - marca: Epson - modelo: Powerlite W29	1	R\$30,68	R\$32,70	R\$32,70
117	Projektor multimídia – marca EPSON - modelo: POWERLITE S31 + 3200 - acessórios: Controle remoto e cabo VGA	2	R\$30,68	R\$32,70	R\$65,41
118	Projektor multimídia - marca: Epson - modelo:Powerlite W 29	1	R\$30,68	R\$32,70	R\$32,70
119	Projektor Multimídia SONY Mod VPL CS6	1	R\$19,47	R\$20,76	R\$20,76
120	Projektor Multimídia SONY Modelo VPLCX86	1	R\$105,78	R\$112,76	R\$112,76
121	Projektor Multimídia SONY Modelo VPLDX146	3	R\$30,68	R\$32,70	R\$98,11
122	Projektor multimídia XGA, 3500 ANSI lumens, marca Benq SP 890	1	R\$19,47	R\$20,76	R\$20,76
123	Quadro interativo – TRACE BOARD	1	R\$5,81	R\$6,19	R\$6,19
124	Seletor de áudio e vídeo composto modelo SV 420 marca Transcortec.	1	R\$4,10	R\$4,37	R\$4,37
125	Seletor de Vídeo Composto 6x1	1	R\$4,10	R\$4,37	R\$4,37
126	Seletor Eletrônico de microfones (Gongo Tonal)	1	R\$4,10	R\$4,37	R\$4,37
127	Suporte móvel marca Visograf, modelo Supplasma M20	2	R\$4,10	R\$4,37	R\$8,74
128	Tape deck AKAI mod HX R44	1	R\$4,10	R\$4,37	R\$4,37
129	Tela de projeção – Descrição: 1,80 X 1,80M – marca: NARDELLI – modelo: NR003	1	R\$4,10	R\$4,37	R\$4,37
130	Tela de projeção – Descrição: 2,00 X 2,00M – marca: NARDELLI – modelo: NRT005	1	R\$4,10	R\$4,37	R\$4,37



TRF2EDT202400023A



131	Tela de projeção com sustentação através de tripé, 1720 mm de altura, 2293 mm de largura, diagonal igual a 113 polegadas marca Visograf, modelo TLTSV113.	1	R\$4,10	R\$4,37	R\$4,37
132	Tela de projeção motorizada marca NARDELLI-modelo: ERS	1	R\$4,10	R\$4,37	R\$4,37
133	Televisor em cores marca SEMP, 10 POL. (N.S.: AA000912)	1	R\$5,81	R\$6,19	R\$6,19
134	Televisor LED – 24”/FULL HD, conversor digital e entrada para PC - marca: Samsung, modelo: T24A550	1	R\$9,22	R\$9,83	R\$9,83
135	Tripé para filmadora – Kit composto por Tripé 547 BK, Cabeça Hidráulica 501 HDV, Bolsa MBAG 100 PN, marca Manfroto	1	R\$5,81	R\$6,19	R\$6,19
136	TV Digital Portátil BAK LCD 7 Polegadas Colorida	6	R\$10,58	R\$11,28	R\$67,67
CUSTO TOTAL PARA MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS					R\$5.529,80

Observações:

a) Os valores referentes ao Contrato 13/20198 foram extraídos da planilha de repacutação juntada pela COFIN (TRF2-CAP-2023/02827) nos autos do processo TRF2-EOF-2018/254.03, devidamente corrigidos pelo IPCA Acumulado de 12/2022 a 02/2024 (6,589310%) - Fator de correção 1,066



Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração			
Categoria Profissional: Profissional de Telecomunicações			
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal	
A	Salário base	R\$ 3.000,62	
E	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
F	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
G	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 3.000,62	
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários			
Benefícios Mensais e Diários			VALOR R\$
A	Transporte		R\$ 179,06
B	Café da manhã (R\$ 7,00 x 21 dias) - cláusula 13ª da CCT		R\$ 147,00
C	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)		R\$ 367,50
D	Prêmio de Assiduidade (cláusula 12ª, §3º da CCT Sintraindistal)		R\$ 37,00
E	Seguro de vida, invalidez e funeral		R\$ 11,35
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			R\$ 741,91
Módulo 03 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR R\$
A	Uniformes		R\$ 81,47
B	Ferramentas (depreciação)		R\$ 8,19
C	EPI		R\$ 19,98
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			R\$ 109,64
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		%	VALOR R\$
A	INSS	20,00%	R\$ 600,12
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 45,01
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 30,01
D	INCRA	0,20%	R\$ 6,00
E	Salário-educação	2,50%	R\$ 75,02
F	FGTS	8,00%	R\$ 240,05
G	Seguro acidente do trabalho	2,00%	R\$ 60,01
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 18,00
TOTAL		35,80%	R\$ 1.074,22
Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias		%	VALOR R\$
A	13º Salário	9,09%	R\$ 272,76
B	Adicional de Férias	3,03%	R\$ 90,92
Subtotal		12,12%	R\$ 363,68
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário	4,34%	R\$ 130,20
TOTAL		16,46%	R\$ 493,87
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		%	VALOR R\$
A	Afastamento maternidade	0,03%	R\$ 0,90
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	0,0100%	R\$ 0,30
TOTAL		0,04%	R\$ 1,20
Submódulo 4.4 – Rescisão		%	VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 12,51
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 1,00
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,015%	R\$ 0,45



D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 58,33
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,690%	R\$ 20,70
F	Multa FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,30
G	Multa FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36%	R\$ 130,94
TOTAL		7,47%	R\$ 224,24
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR R\$
A	Férias	9,09%	R\$ 272,76
B	Ausência por doença	1,66%	R\$ 49,81
C	Licença-paternidade	0,02%	R\$ 0,60
D	Ausências legais	0,82%	R\$ 24,61
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 0,90
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal		11,62%	R\$ 348,67
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,16%	R\$ 124,82
TOTAL		15,78%	R\$ 473,50
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80%	R\$ 1.074,22
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46%	R\$ 493,87
4.3	Afastamento maternidade	0,04%	R\$ 1,20
4.4	Custo de rescisão	7,47%	R\$ 224,24
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78%	R\$ 473,50
4.6	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		75,55%	R\$ 2.267,02
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			R\$ 6.119,20
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR R\$
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 305,96
B	Lucro	6,79%	R\$ 436,27
C	Custo Total após custos indiretos e lucro		R\$ 6.861,43
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75%	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		R\$ 8.001,66
	C1. PIS	1,65%	R\$ 132,03
	C2. COFINS	7,60%	R\$ 608,13
	C3. ISS	5,00%	R\$ 400,08
Total dos tributos		14,25%	R\$ 1.140,24
TOTAL			R\$ 1.882,46
TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL – Profissional de Telecomunicações			
Descrição		PREÇO (R\$)	
I – Composição da Remuneração		R\$ 3.000,62	
II – Benefícios mensais e diários		R\$ 741,91	
III – Insumos diversos		R\$ 109,64	
IV – Encargos sociais e trabalhistas		R\$ 2.267,02	
Subtotal (I + II + III + IV)		R\$ 6.119,20	
V – Custos indiretos, tributos e lucro		R\$ 1.882,46	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 8.001,66	



TRF2EDT202400023A



Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração			
Categoria Profissional: Técnico de Telecomunicações			
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal	
A	Salário base	R\$ 3.082,06	
E	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
F	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
G	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 3.082,06	
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários			
Benefícios Mensais e Diários			VALOR R\$
A	Transporte		R\$ 174,18
B	Café da manhã (R\$ 7,00 x 21 dias) - cláusula 13ª da CCT		R\$ 147,00
C	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)		R\$ 367,50
D	Prêmio de Assiduidade (cláusula 12ª, §3º da CCT Sintraindistal)		R\$ 37,00
E	Seguro de vida, invalidez e funeral		R\$ 11,35
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			R\$ 737,03
Módulo 03 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR R\$
A	Uniformes		R\$ 81,47
B	Ferramentas (depreciação)		R\$ 8,19
C	EPI		R\$ 19,98
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			R\$ 109,64
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		%	VALOR R\$
A	INSS	20,00%	R\$ 616,41
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 46,23
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 30,82
D	INCRA	0,20%	R\$ 6,16
E	Salário-educação	2,50%	R\$ 77,05
F	FGTS	8,00%	R\$ 246,56
G	Seguro acidente do trabalho	2,00%	R\$ 61,64
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 18,49
TOTAL		35,80%	R\$ 1.103,38
Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias		%	VALOR R\$
A	13º Salário	9,09%	R\$ 280,16
B	Adicional de Férias	3,03%	R\$ 93,39
Subtotal		12,12%	R\$ 373,55
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário	4,34%	R\$ 133,73
TOTAL		16,46%	R\$ 507,28
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		%	VALOR R\$
A	Afastamento maternidade	0,03%	R\$ 0,92
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	0,0100%	R\$ 0,31
TOTAL		0,04%	R\$ 1,23
Submódulo 4.4 – Rescisão		%	VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 12,85
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 1,03
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,015%	R\$ 0,46



D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 59,92
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,690%	R\$ 21,27
F	Multa FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,31
G	Multa FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36%	R\$ 134,49
TOTAL		7,47%	R\$ 230,32
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR R\$
A	Férias	9,09%	R\$ 280,16
B	Ausência por doença	1,66%	R\$ 51,16
C	Licença-paternidade	0,02%	R\$ 0,62
D	Ausências legais	0,82%	R\$ 25,27
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 0,92
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal		11,62%	R\$ 358,14
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,16%	R\$ 128,21
TOTAL		15,78%	R\$ 486,35
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80%	R\$ 1.103,38
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46%	R\$ 507,28
4.3	Afastamento maternidade	0,04%	R\$ 1,23
4.4	Custo de rescisão	7,47%	R\$ 230,32
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78%	R\$ 486,35
4.6	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		75,55%	R\$ 2.328,55
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			R\$ 6.257,28
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR R\$
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 312,86
B	Lucro	6,79%	R\$ 446,11
C	Custo Total após custos indiretos e lucro		R\$ 7.016,26
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75%	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		R\$ 8.182,22
	C1. PIS	1,65%	R\$ 135,01
	C2. COFINS	7,60%	R\$ 621,85
	C3. ISS	5,00%	R\$ 409,11
Total dos tributos		14,25%	R\$ 1.165,97
TOTAL			R\$ 1.924,94
TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL – Técnico de Telecomunicações			
Descrição		PREÇO (R\$)	
I – Composição da Remuneração		R\$ 3.082,06	
II – Benefícios mensais e diários		R\$ 737,03	
III – Insumos diversos		R\$ 109,64	
IV – Encargos sociais e trabalhistas		R\$ 2.328,55	
Subtotal (I + II + III + IV)		R\$ 6.257,28	
V – Custos indiretos, tributos e lucro		R\$ 1.924,94	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 8.182,22	



TRF2EDT202400023A



Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração		
Categoria Profissional: Operador de Mídia		
Composição da Remuneração	Valor Unitário Mensal	
A	Salário base	R\$ 3.900,00
E	Outros (especificar)	R\$ 0,00
F	Outros (especificar)	R\$ 0,00
G	Outros (especificar)	R\$ 0,00
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 3.900,00
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários		
Benefícios Mensais e Diários		VALOR R\$
A	Transporte	R\$ 125,10
B	Café da manhã (R\$ 7,00 x 21 dias) - cláusula 13ª da CCT	R\$ 147,00
C	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)	R\$ 367,50
D	Prêmio de Assiduidade (cláusula 12ª, §3º da CCT Sintraindital)	R\$ 37,00
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 11,35
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ 687,95
Módulo 03 – Insumos Diversos		
Insumos Diversos		VALOR R\$
A	Uniformes	R\$ 107,86
B	Ferramentas (depreciação)	R\$ 8,19
C	EPI	R\$ 19,98
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS		R\$ 136,03
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas		
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		VALOR R\$
A	INSS	20,00% R\$ 780,00
B	SESI ou SESC	1,50% R\$ 58,50
C	SENAI ou SENAC	1,00% R\$ 39,00
D	INCRA	0,20% R\$ 7,80
E	Salário-educação	2,50% R\$ 97,50
F	FGTS	8,00% R\$ 312,00
G	Seguro acidente do trabalho	2,00% R\$ 78,00
H	SEBRAE	0,60% R\$ 23,40
TOTAL		35,80% R\$ 1.396,20
Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias		VALOR R\$
A	13º Salário	9,09% R\$ 354,51
B	Adicional de Férias	3,03% R\$ 118,17
Subtotal		12,12% R\$ 472,68
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário	4,34% R\$ 169,22
TOTAL		16,46% R\$ 641,90
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		VALOR R\$
A	Afastamento maternidade	0,03% R\$ 1,17
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	0,01% R\$ 0,39
TOTAL		0,04% R\$ 1,56
Submódulo 4.4 – Rescisão		VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado	0,42% R\$ 16,26
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03% R\$ 1,30
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,015% R\$ 0,59



D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 75,82
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,690%	R\$ 26,91
F	Multa FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,39
G	Multa FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36%	R\$ 170,18
TOTAL		7,47%	R\$ 291,45
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR R\$
A	Férias	9,09%	R\$ 354,51
B	Ausência por doença	1,66%	R\$ 64,74
C	Licença-paternidade	0,02%	R\$ 0,78
D	Ausências legais	0,82%	R\$ 31,98
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 1,17
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal		11,62%	R\$ 453,18
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,16%	R\$ 162,24
TOTAL		15,78%	R\$ 615,42
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80%	R\$ 1.396,20
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46%	R\$ 641,90
4.3	Afastamento maternidade	0,04%	R\$ 1,56
4.4	Custo de rescisão	7,47%	R\$ 291,45
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78%	R\$ 615,42
4.6	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		75,55%	R\$ 2.946,52
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			R\$ 7.670,51
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR R\$
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 383,53
B	Lucro	6,79%	R\$ 546,87
C	Custo Total após custos indiretos e lucro		R\$ 8.600,90
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75%	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		R\$ 10.030,21
	C1. PIS	1,65%	R\$ 165,50
	C2. COFINS	7,60%	R\$ 762,30
	C3. ISS	5,00%	R\$ 501,51
Total dos tributos		14,25%	R\$ 1.429,30
TOTAL			R\$ 2.359,70
TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL – Operador de Mídia			
Descrição		PREÇO (R\$)	
I – Composição da Remuneração		R\$ 3.900,00	
II – Benefícios mensais e diários		R\$ 687,95	
III – Insumos diversos		R\$ 136,03	
IV – Encargos sociais e trabalhistas		R\$ 2.946,52	
Subtotal (I + II + III + IV)		R\$ 7.670,51	
V – Custos indiretos, tributos e lucro		R\$ 2.359,70	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 10.030,21	



Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração			
Categoria Profissional: Encarregado			
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal	
A	Salário base	R\$ 3.787,48	
E	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
F	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
G	Outros (especificar)	R\$ 0,00	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 3.787,48	
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários			
Benefícios Mensais e Diários			VALOR R\$
A	Transporte	R\$ 131,85	
B	Café da manhã (R\$ 7,00 x 21 dias) - cláusula 13ª da CCT	R\$ 147,00	
B	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)	R\$ 367,50	
C	Prêmio de Assiduidade (cláusula 12ª, §3º da CCT Sintraindital)	R\$ 37,00	
D	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 11,35	
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			R\$ 694,70
Módulo 03 – Insumos Diversos			
Insumos Diversos			VALOR R\$
A	Uniformes	R\$ 107,86	
B	Ferramentas (depreciação)	R\$ 8,19	
C	EPI	R\$ 19,98	
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS			R\$ 136,03
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		%	VALOR R\$
A	INSS	20,00%	R\$ 757,50
B	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 56,81
C	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 37,87
D	INCRA	0,20%	R\$ 7,57
E	Salário-educação	2,50%	R\$ 94,69
F	FGTS	8,00%	R\$ 303,00
G	Seguro acidente do trabalho	2,00%	R\$ 75,75
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 22,72
TOTAL		35,80%	R\$ 1.355,92
Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias		%	VALOR R\$
A	13º Salário	9,09%	R\$ 344,28
B	Adicional de Férias	3,03%	R\$ 114,76
Subtotal		12,12%	R\$ 459,04
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário	4,34%	R\$ 164,34
TOTAL		16,46%	R\$ 623,38
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		%	VALOR R\$
A	Afastamento maternidade	0,03%	R\$ 1,14
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	0,01%	R\$ 0,38
TOTAL		0,04%	R\$ 1,51
Submódulo 4.4 – Rescisão		%	VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 15,79
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 1,26
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,015%	R\$ 0,57



D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 73,63
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,690%	R\$ 26,13
F	Multa FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,38
G	Multa FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36%	R\$ 165,27
TOTAL		7,47%	R\$ 283,04
Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente		%	VALOR R\$
A	Férias	9,09%	R\$ 344,28
B	Ausência por doença	1,66%	R\$ 62,87
C	Licença-paternidade	0,02%	R\$ 0,76
D	Ausências legais	0,82%	R\$ 31,06
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 1,14
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal		11,62%	R\$ 440,11
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,16%	R\$ 157,56
TOTAL		15,78%	R\$ 597,66
Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		%	VALOR R\$
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80%	R\$ 1.355,92
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46%	R\$ 623,38
4.3	Afastamento maternidade	0,04%	R\$ 1,51
4.4	Custo de rescisão	7,47%	R\$ 283,04
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78%	R\$ 597,66
4.6	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS		75,55%	R\$ 2.861,51
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			R\$ 7.479,73
Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro			
Custos Indiretos, Tributos e Lucro		%	VALOR R\$
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 373,99
B	Lucro	6,79%	R\$ 533,27
C	Tributos		R\$ 8.386,98
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75%	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		R\$ 9.780,74
	C1. PIS	1,65%	R\$ 161,38
	C2. COFINS	7,60%	R\$ 743,34
	C3. ISS	5,00%	R\$ 489,04
Total dos tributos		14,25%	R\$ 1.393,75
TOTAL			R\$ 2.301,01
TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL – Encarregado			
Descrição		PREÇO (R\$)	
I – Composição da Remuneração		R\$ 3.787,48	
II – Benefícios mensais e diários		R\$ 694,70	
III – Insumos diversos		R\$ 136,03	
IV – Encargos sociais e trabalhistas		R\$ 2.861,51	
Subtotal (I + II + III + IV)		R\$ 7.479,73	
V – Custos indiretos, tributos e lucro		R\$ 2.301,01	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		R\$ 9.780,74	



TRF2EDT202400023A



ANEXO III
DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO MICROEMPRESAS
(Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de
benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/24

Proc. nº TRF2-EOF-2023/269

Declaro, sob as penas da Lei, que a empresa (.....) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ:

—

EMPRESA

DATA

ASSINATURA



TRF2EDT202400023A

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

(Inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 229 de 22/06/2016 do CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/24

Proc. nº TRF2-EOF-2023/00269

DECLARA, em face do disposto no inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções 009/2005 e 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ=Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



TRF2EDT202400023A

ANEXO V
DECLARAÇÃO

(Artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 9 de 06.12.2005 do CNJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/24

Proc. nº TRF2-EOF-2023/00269

DECLARO, em face do disposto na Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não tenho parentesco com nenhum Membro do Poder Judiciário ou servidor que exerce cargo em comissão de direção e assessoramento.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



ANEXO VI

DECLARAÇÃO

(Resolução nº 156/12/ CNJ e Resolução nº 9 de 06/12/2005, diploma alterador da Resolução nº 7 de 18/10/2005)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/24

Proc. nº TRF2-EOF-2023/269

_____, **DECLARO**, sob as penas da lei, que não estou incurso(a) em qualquer das hipóteses previstas em lei ou nos artigos 1º e 2º da Resolução nº 156 de 08.08.2012 do Conselho Nacional de Justiça.

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração e, ainda, a entregar as Certidões constantes do Art. 5º, §1º da resolução 156/12- CNJ, acompanhadas do comprovante de autenticidade.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



TRF2EDT202400023A

JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO VII
TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015-24
Proc. nº TRF2- EOF-2023/269

Categoria: Regularização dos Contratos Data: 05 de junho de 2003

Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão de obra

O Juiz da 20ª Vara do Trabalho de Brasília/DF homologou há pouco acordo entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral da União, por meio do qual a União se compromete a não mais contratar cooperativas de mão-de-obra para trabalho subordinado, seja na atividade fim ou atividade meio. Independe se a relação de subordinação for em relação ao tomador ou ao fornecedor dos serviços.

Assinaram o acordo, como testemunhas, os presidentes da Associação Nacional de Procuradores do Trabalho (ANPT), da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE).

A conciliação foi celebrada nos autos de ação civil pública movida pelo MPT contra a União por contratação de empregados por meio de cooperativas fraudulentas. Em caso de descumprimento do acordo, a União obriga-se ao pagamento de multa correspondente a R\$ 1 mil por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no termo de conciliação, sendo a mesma revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Pelo acordo, a União também deverá recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, casos em que se enquadram, por exemplo, a Caixa Econômica e o Banco do Brasil. A decisão é válida em todo o território nacional.

Outras definições do acordo

Cooperativa de mão de obra: Considera-se cooperativa de mão de obra aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção e cujos serviços sejam prestados a terceiros de forma individual e não coletiva pelos seus associados.

Pregão 90015-24 - Proc. TRF2-EOF-2023/269 ANEXO VII- TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:11:35.
Documento Nº: 3918493.35538756-6668 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538756-6668>



TRF2EDT202400023A

JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Serviços que não poderão ser contratados via cooperativa de mão de obra: limpeza; conservação; segurança, vigilância e de portaria; recepção; copeiragem; reprografia; telefonia; manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações; secretariado e secretariado executivo; auxiliar de escritório; auxiliar administrativo; office boy (contínuo); digitação; assessoria de imprensa e de relações públicas; motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante; ascensorista; enfermagem, e agentes comunitários de saúde.

As atividades elencadas só poderão ser terceirizadas se houver previsão legal para tanto e as partes podem, a qualquer momento, ampliar a lista de serviços cuja contratação por meio de cooperativa de mão-de-obra é proibida.

Termo de Conciliação Judicial

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

Pregão 90015-24 - Proc. TRF2-EOF-2023/269 ANEXO VII- TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL



TRF2EDT202400023A

JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão de obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT - Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão de obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) - Serviços de limpeza;
- b) - Serviços de conservação;
- c) - Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;

Pregão 90015-24 - Proc. TRF2-EOF-2023/269 ANEXO VII- TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- d) - Serviços de recepção;
- e) - ~~Serviços de copeiragem;~~
- f) - Serviços de reprografia;
- g) - Serviços de telefonia;
- h) - Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) - Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) - Serviços de auxiliar de escritório;
- k) - Serviços de auxiliar administrativo;
- l) - Serviços de office boy (contínuo);
- m) - Serviços de digitação;
- n) - Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) - Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) - Serviços de ascensorista;
- q) - Serviços de enfermagem; e
- r) - Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro - O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo - As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados,



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão de obra) de ~~trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.~~

Parágrafo Segundo - Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta - A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro - O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo - Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta - A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

Pregão 90015-24 - Proc. TRF2-EOF-2023/269 ANEXO VII- TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL



TRF2EDT202400023A

JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único - Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava - A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO

Procurador-Geral do Trabalho

GUIOMAR RECHIA GOMES

Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região

FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO

Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO

Sub-Procuradora-Regional da União-1ª Região

MÁRIOLUIZ GUERREIRO

Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente Assoc. Nac. dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT

- - - X X X - - -

Pregão 90015-24 - Proc. TRF2-EOF-2023/269 ANEXO VII- TERMO DE CONCILIAÇÃO JUDICIAL



TRF2EDT202400023A

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/24

Proc. nº TRF2- EOF-2023/269

Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e com a Administração Pública.

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Órgão/Empresa	Nº Contrato/ Aditivo	Vigência		Valor Total Atual do Início Término Contrato
		Início	Término	
Valor Total dos Contratos (Atualizados)				

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada.

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1

Valor total dos contratos

Obs.: Esse resultado deverá ser superior a 1.

Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública em relação à receita bruta informada na DRE.

(Valor da receita bruta – Valor total dos contratos) x 100 = X %

Valor da receita bruta

Obs.: Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo), o licitante deverá apresentar as devidas justificativas.



TRF2EDT202400023A



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Anexo I do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/____ - **TRIBUNAL/CONSELHO**

_____ de _____ de 20__.

A(o) Senhor(a) Gerente
(nome do gerente)
(Endereço com CEP)

Senhor(a) Gerente,

Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº ____/____, firmado com essa instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, em nome do Proponente a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por este **TRIBUNAL/CONSELHO**:

CNPJ: _____

Razão Social: _____

Nome Personalizado: _____

Endereço: _____

Representante Legal: _____

CPJ do Representante Legal: _____

Atenciosamente,

Assinatura do
Ordenador de Despesas do Tribunal/Conselho
ou do servidor previamente designado pelo ordenador



TRF2EDT202400023A



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Anexo II do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

BANCO (LOGOTIPO)

____, ____ de ____ de 20__.

Senhor _____,

Em atenção ao ofício _____ informamos que o representante legal da empresa _____, CNPJ _____ deverá comparecer à agência _____ para assinar o contrato da abertura de conta-depósito vinculada para Depósitos Vinculados a Obrigações, destinada a receber créditos ao amparo da Resolução nº 169 do Conselho Nacional de Justiça de 31.01.2013, alterada pela Resolução nº 183, de 24.10.2013, a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato nº _____.

Ratificamos que, conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica nº ____/____ firmado com o Banco, qualquer tipo de movimentação financeira somente ocorrerá mediante solicitação do TRIBUNAL/CONSELHO.

Gerente

Ao Senhor
Nome e cargo do representante do TRIBUNAL/CONSELHO
Endereço



TRF2EDT202400023A



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Anexo III do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Senhor,

Informamos abaixo os dados para abertura de conta-depósito vinculada à empresa _____, CNPJ _____ na Agência _____ do Banco _____, prefixo _____, destinada a receber os créditos ao amparo da Instrução Normativa nº 03 SLTI/MPOG, de 15.10.09 (ou Resolução nº 169 do Conselho Nacional de Justiça de 31.01.2013, alterada pela Resolução nº 183, de 24.10.2013):

Tipo de Garantia: 0001 – Contratos Administrativos

Evento de Garantia: _____

Agência : _____

Conveniente Subordinante : Tribunal ou Conselho

Cidade/Município : _____

Comunicamos que essa Corte poderá realizar os créditos após pré-cadastramento no portal do BANCO, sítio _____.

Ratificamos que a conta somente será aberta após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Termo de Cooperação Técnica nº ____/____, qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá mediante solicitação do **TRIBUNAL/CONSELHO**.

Atenciosamente,

Gerente

[Assinatura]





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Anexo VI do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

AUTORIZAÇÃO

À Agência _____ do BANCO _____

(endereço da agência)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que o **TRIBUNAL/CONSELHO** solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na conta-depósito vinculada nº _____ – bloqueada para movimentação –, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado com o **TRIBUNAL/CONSELHO**, bem como tenha acesso irrestrito dos saldos da referida conta-depósito, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

(local e data)

Assinatura do titular da conta-depósito



TRF2EDT202400023A



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Anexo VIII do Termo de Cooperação Técnica nº ____/____

Ofício nº ____/20____ - ____

____, ____ de ____ de 20____

A(o) Senhor(a)

(nome do Proprietário da empresa contratada pelo Tribunal/Conselho)
(endereço da empresa com CEP)

Senhor Sócio-Proprietário,

Informo que solicitamos a abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação -, pertencente ao CNPJ sob nº - _____, na Agência nº _____ do BANCO _____, em seu nome, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado entre essa empresa e este **TRIBUNAL/CONSELHO**.

2. Na oportunidade, solicito comparecer, em no máximo 20 dias corridos, a contar do recebimento deste ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no edital de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pelo Banco e autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, o acesso irrestrito deste **TRIBUNAL/CONSELHO** aos saldos da referida conta-depósito, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida conta-depósito.

3. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula _____ do mencionado contrato.

Atenciosamente,

Assinatura do
Ordenador de Despesas do Tribunal/Conselho ou do servidor previamente
designado pelo ordenador



TRF2EDT202400023A



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº TRF2-CON-2024/_____

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES DOS SISTEMAS AUDIOVISUAIS, BEM COMO DA INFRAESTRUTURA DA REDE DE CABEAMENTO DE TELECOMUNICAÇÕES DESTA E. TRIBUNAL, COM ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL DE CONSUMO E INSUMOS NECESSÁRIOS, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA _____.

Processo Adm. Digital nº TRF2-EOF-2023/00269

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, CEP: _____, Tel.: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu (sua) _____, **Sr(a)** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2023/00269, em consequência do Pregão Eletrônico nº ____/2024, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, homologado em ____/____/2024, através do despacho nº TRF2-DES-2024/____, FIRMAM o presente Contrato, visando à prestação de serviços técnicos especializados em instalação, operação e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e instalações dos sistemas audiovisuais, bem como da infraestrutura da rede de cabeamento de telecomunicações desta E. Tribunal, com alocação de mão de obra especializada e fornecimento de todo o material de consumo e insumos necessários, sujeitas as partes às normas da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e às seguintes cláusulas e condições:

Contrato nº TRF2-CON-2024/_____ – Empresa contratada (ptj)

MINUTA

Pág. 1



Autenticado com senha por NADIA MARIA DA CUNHA GALVÃO - Assistente III / DCONT - 19/03/2024 às 16:23:31.
Documento Nº: 4052331-2434 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4052331-2434>



TRF2CAP202407589

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:12:57.
Documento Nº: 3918493.35538769-6634 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538769-6634>



1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços técnicos especializados em instalação, operação e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e instalações dos sistemas audiovisuais, bem como da infraestrutura da rede de cabeamento de telecomunicações deste E. Tribunal, com alocação de mão de obra especializada e fornecimento de todo o material de consumo e insumos necessários, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2024 e seus Anexos I a IX e na forma estabelecida no presente Contrato.

1.1 - Locais de Execução:

- 1.1.1 - Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro-RJ (Prédio Principal);
- 1.1.2 - Rua Visconde de Inhaúma, nº 68 - Centro - RJ (anexo);
- 1.1.3 - Avenida Rio Branco, nº 241 - Centro - RJ (anexo);
- 1.1.4 - Avenida Rio Branco, nº 243 – Anexo I – 13º e 14º andares - Centro – RJ (EMARF);
- 1.1.5 - Fora das instalações do Contratante, limitado a 6 (seis) eventos por ano e com duração máxima por evento limitada de 05 (cinco) dias.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA DESCRIÇÃO DO SISTEMA E EQUIPAMENTOS:

2.1 – O sistema e os equipamentos a serem mantidos estão detalhadamente discriminados no ITEM 1.3 do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 - DA INSPEÇÃO PREVENTIVA:

3.1.1 – Descrita detalhadamente no ITEM 1.5 do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

3.2 - DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.2.1 - Descrita detalhadamente no ITEM 1.6 do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

3.3 - DA EXECUÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS:

3.3.1 - Descrita detalhadamente no ITEM 1.7 do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

3.4 – DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E FERRAMENTAS:

3.4.1 - Descrito detalhadamente no ITEM 1.8 do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

3.5 – DOS REQUISITOS DE SEGURANÇA, PROTEÇÃO E MEIO AMBIENTE:

3.5.1 - Descritos detalhadamente no ITEM 1.11 do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.



3.6 – DA PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS:

3.6.1 - Os produtos inflamáveis deverão ser armazenados em locais isolados, longe de qualquer fonte de calor, com sinalização indicando a presença de produtos inflamáveis.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO EFETIVO MÍNIMO E DAS ATRIBUIÇÕES:

4.1 - A Contratada deverá disponibilizar o efetivo mínimo discriminado na tabela a seguir:

ITEM	CATEGORIA	QUANTITATIVO
01	Encarregado Geral (CBO - 7301-05)	01
02	Operador de mídia audiovisual (CBO - 3731-05)	05
03	Técnico de Telecomunicações (CBO - 3133-15)	01
04	Profissional de Telecomunicações (CBO - 7313-20)	02
TOTAL		09

4.2 - Das atribuições:

4.2.1 - Descritas detalhadamente nos ITENS 1.4.1 a 1.4.4 do Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE:

5.1 - DA CONTRATADA:

5.1.1 – São obrigações da Contratada, além das constantes no ITEM 1.9 do Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, parte integrante deste Contrato, as previstas nesta Cláusula:

5.1.1.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

5.1.1.2 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 09 de 06.12.2005 do Conselho Nacional de Justiça.

5.1.1.2.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

5.1.1.3 – É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento



vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e nº 229 de 22/06/2016 do Conselho Nacional de Justiça.

5.1.1.3.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será entregue quando da assinatura deste Contrato.

5.1.1.4 – É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

5.1.1.4.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pelo(s) funcionário(s) no exercício de cargo/função de chefia, alocado(s) na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo VI do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e da apresentação das certidões mencionadas na aludida Declaração.

5.1.1.5 - O prazo para apresentação das declarações e certidões mencionadas nos subitens 5.1.1.2.1 e 5.1.1.4.1 será de, no máximo, 30 (*trinta*) dias a contar do primeiro dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato.

5.1.1.6 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

5.1.1.7 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

5.1.1.7.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no subitem anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

5.1.1.8 – A Contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme determinação do art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/21.

5.1.1.9 - A Contratada deverá apresentar, **antes do início da prestação dos serviços**, apólice de seguro de vida dos prestadores de serviços vinculados ao Contrato, em conformidade com a disposição constante da Convenção Coletiva firmada pelo Sindicato representativo de cada categoria profissional (SINDICATO DA INDÚSTRIA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, GÁS, HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SINTRAINDISTAL / SINDISTAL).



TRF2CAP202407589

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



5.1.2 – São obrigações da Contratada na área de sustentabilidade – boas práticas ambientais:

5.1.2.1 - A Contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e diminuição da poluição, na execução dos serviços, tais como:

5.1.2.1.1 - Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou de menos toxicidade;

5.1.2.1.2 – Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

5.1.2.1.3 – Racionalização e economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme o disposto do Decreto nº 48.138/2003;

5.1.2.1.4 – Separação adequada dos resíduos gerados nas suas atividades;

5.1.2.1.5 - Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água e energia elétrica, cujos encarregados devem atuar como facilitadores das mudanças de comportamento de funcionários da Contratada, esperadas com essas medidas;

5.1.2.1.6 – Usar produtos que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) éteres difenil-polibromados (PBDEs);

5.1.2.1.7 – Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

5.2 - DO CONTRATANTE:

5.2.1 – Fornecer todas as informações necessárias para a execução do serviço.

5.2.2 – Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos representantes da Contratada, devidamente uniformizados e identificados, às suas dependências.

5.2.3 - Efetuar os pagamentos à Contratada com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Contrato.

5.2.4 - Disponibilizar área para guarda de ferramental e armazenamento dos materiais, bem como local para ser usado como vestiário.

5.2.5 - Disponibilizar pontos de energia e água necessários para a execução do serviço.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

6.1 – O recebimento do objeto deste Contrato está discriminado detalhadamente no ITEM 14 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA GARANTIA CONTRATUAL:

7.1 - Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com as modalidades elencadas no artigo 96,



§ 1º da Lei nº 14.133/2021, no valor de R\$ _____ (_____), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor inicial deste Contrato.

7.1.1 - A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada ao Contratante no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante, exceto o seguro-garantia, que será observado o disposto no §3º, do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

7.2 - A prestação da garantia contratual encontra-se detalhadamente discriminada no ITEM 13.8 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DO PREÇO, DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE, DO PAGAMENTO E DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

8.1- DO PREÇO:

8.1.1 - As Planilhas de Custos e Formação de Preços referentes à MÃO DE OBRA, aos UNIFORMES, às FERRAMENTAS E EPI, aos MATERIAIS e aos EQUIPAMENTOS, apresentadas pela Contratada por ocasião da homologação do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, integram este Contrato, assim como a proposta por ela apresentada, discriminada na Cláusula Décima Segunda.

8.1.2 - O valor MENSAL ESTIMADO deste Contrato é de R\$ _____ (_____);

8.1.3 - O valor GLOBAL ESTIMADO deste Contrato é de R\$ R\$ _____ (_____);

8.1.4 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes à perfeita execução dos serviços contratados;

8.1.5 - Os valores referentes às horas extras não integram a Planilha Totalizadora do preço da mão de obra.

8.2 - DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE:

8.2.1 -É admitida repactuação dos preços do Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano.

8.2.1.1 - O interregno mínimo de 01 (um) ano será contado:

a) Os preços da mão de obra, a partir da data do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou sentença normativa vigente à época da data limite para apresentação da proposta.

a.1) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das



categorias envolvidas na contratação, respeitado o interregno mínimo fixado no subitem anterior;

a.2) Inexistindo convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços.

a.3) No caso da alínea anterior, inexistindo a mesma fonte utilizada para elaboração do orçamento inicial, poderá ser utilizada nova fonte, desde que devidamente justificado.

b) No caso dos preços de insumos, materiais e equipamentos, a partir da data limite para apresentação da proposta.

b.1) Os preços de insumos, materiais e equipamentos, observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, serão reajustados a partir da data limite para apresentação da proposta, de acordo com a variação do IPCA/IBGE, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice oficial que venha a ser acordado entre as partes.

c) Os preços de insumos decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, na mesma data que ocorrer a repactuação da mão de obra.

d) Os insumos, materiais e equipamentos serão reajustados simultaneamente com a mão de obra quando decorrido, no mínimo, o interregno de 01 (um) ano previsto na alínea “b”.

e) Quando o interregno mínimo de 01 (um) ano previsto na alínea “d” não tiver sido cumprido, serão repactuados exclusivamente os custos vinculados à mão de obra.

8.2.2 - Os reajustamentos de preços serão precedidos de solicitação da Contratada, e acompanhados de:

8.2.2.1 – no caso das repactuações:

a) documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados, quando for o caso;

b) novo acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou lei, que fundamentam o pedido de repactuação;

c) demonstração da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas analíticas de composição de custos e formação de preços;

d) documentos que comprovem que a Contratada já arca com os custos decorrentes das disposições do novo acordo ou convenção coletiva.



- 8.2.2.2 - no caso de reajustes, dos índices oficiais de preços previstos no Contrato e do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.
- 8.2.3 - É vedada a inclusão, por ocasião dos reajustamentos, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.
- 8.2.4 - Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajustamento de preços e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.
- 8.2.5 - Os reajustamentos de preços produzirão efeitos financeiros:
- 8.2.5.1 – no caso de reajustes, a partir da implementação do direito da Contratada, conforme fixado no Contrato, tendo por referência a data limite de apresentação da proposta ou do orçamento a que a proposta se referir, conforme estabelecido no Contrato;
- 8.2.5.2 - no caso da repactuação, a partir da data prevista no acordo, ou na convenção coletiva de trabalho ou na sentença normativa ou lei, motivadores do pedido de repactuação.
- 8.2.6 - Os reajustamentos subsequentes ao primeiro produzirão efeitos financeiros 01 (um) ano a contar da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ou reajuste ocorridos.
- 8.2.7 - Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada.
- 8.2.8 - O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no subitem 8.2.2.1.

8.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 8.3.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente por ela indicada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos).
- 8.3.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.
- 8.3.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.
- 8.3.1.3 – Para fins do disposto no subitem 8.3.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.



8.3.2 – O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, **acompanhado do Relatório Técnico Mensal e da Planilha de Materiais efetivamente utilizados no período**, além dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br.

8.3.2.1 - Comprovante de regularidade perante a Fazenda Nacional (CND), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e a Justiça do Trabalho (CNDT);

8.3.2.2 - Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante;

8.3.2.2.1 - A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo Contratante, através de folha de ponto, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre este valor.

8.3.2.2.2 - A folha de pagamento, bem como os cartões de ponto, terão como período correspondente à prestação dos serviços o mês comercial, excetuando-se as folhas do primeiro e último mês de execução contratual onde será considerado o período pro rata;

8.3.2.3 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante;

8.3.2.4 - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP) com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário;

8.3.2.5 - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP;

8.3.2.6 - Comprovantes de entrega de vale-transporte aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante, correspondente ao mês do documento fiscal;

8.3.2.6.1 - A comprovação da entrega de vale-transporte será feita com a apresentação de comprovante de recarga de cartões em nome de cada profissional, acompanhado do comprovante de pagamento total realizado pela Contratada à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos funcionários constante do Contrato, contendo o valor do vale-transporte, o valor de desconto, data de recebimento e assinatura de todos os empregados;

8.3.2.7 - Comprovantes de auxílio alimentação/refeição dos empregados, correspondentes ao mês do documento fiscal;



TRF2CAP202407589

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



8.3.2.7.1 - A comprovação da entrega de auxílio alimentação /refeição dar-se-á com a apresentação de comprovante da empresa fornecedora dos cartões com a lista de todos os empregados da Contratada, acompanhada do comprovante de pagamento total realizado pela mesma à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos empregados constante do Contrato, contendo o valor do auxílio-alimentação, data de recebimento e assinatura dos profissionais.

8.3.2.8 - Quadro resumo de frequências e faltas referentes ao mês;

8.3.2.9 - Cópia da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS, quando houver rescisão sem justa causa;

8.3.2.10 - Cópia do Termo de Rescisão, quando houver rescisão do contrato do trabalhador, com a devida homologação pela entidade sindical, se for o caso;

8.3.3 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Contrato.

8.3.4 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

8.3.4.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

8.3.5 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 8.3.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

8.3.6 - Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do Documento Fiscal.

8.3.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691 /03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza.

8.3.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem anterior, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

8.3.8 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.



8.4 - DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

8.4.1 - Será destacado do pagamento mensal da Contratada e depositado na Caixa Econômica Federal – CEF o somatório dos valores das rubricas relativas a:

- 8.4.1.1 - Férias;
- 8.4.1.2 - 1/3 constitucional;
- 8.4.1.3 - 13º Salário;
- 8.4.1.4 - Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;
- 8.4.1.5 - Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário;

8.4.2 - Os valores das rubricas serão obtidos pela aplicação dos percentuais abaixo discriminados:

Percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas a serem aplicados sobre documentos fiscais conforme Resoluções nº 169/2013, 183/2013, 248/2018, 301/2019 e 523/2023-CNJ e IN nº 01/2016-CJF				
Título	Variação RAT ajustado 0,50% a 6,00%			
	Empresas		Simples	
Grupo A	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Submódulo 2.1 da IN 05/2017 – MPDG	34,30%	39,80%	28,50%	34,00%
RAT	0,50%	6,00%	0,50%	6,00%
13º Salário	9,09	9,09	9,09	9,09
Férias	9,09	9,09	9,09	9,09
1/3 constitucional	3,03	3,03	3,03	3,03
Subtotal	21,21	21,21	21,21	21,21
Incidência do Grupo A (*)	7,28	8,44	6,04	7,21
Multa do FGTS	4,36	4,36	4,36	4,36
Encargos a contingenciar	32,85	34,01	31,61	32,78
Taxa de conta-depósito vinculada, conforme inciso IV, art. 3º da IN 01/2016-CJF (**)				
Total a contingenciar				

Obs.: (*) - A incidência recai sobre as verbas de 13º salário, férias e 1/3 constitucional, variando de acordo com o RAT ajustado da Contratada;

(**) - Caso o contrato firmado entre a empresa e o banco oficial tenha previsão de desconto da taxa de abertura e manutenção diretamente na conta-depósito vinculada, esse valor deverá ser destacado da fatura e devolvido à conta-depósito vinculada, nos termos do inciso VIII do artigo 17 da Resolução CNJ nº 169/2013, alterada pelas Resoluções CNJ nº 183/2013, nº 248/2018, nº 301/2019 e nº 523/2023.

8.4.3 - Os valores das rubricas indicadas no subitem 8.4.1 serão glosados do valor mensal do Contrato e depositados exclusivamente na CEF, em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

8.4.3.1 - Caso a CEF promova desconto diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, os valores relativos às despesas com cobrança de abertura e manutenção da referida conta-depósito serão glosados do valor mensal do Contrato, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

8.4.4 - Os depósitos devem ser efetivados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da Contratada e por Contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente mediante autorização do Contratante.



TRF2CAP202407589

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



8.4.5 - A Contratada deverá providenciar, no prazo de 20 (*vinete*) dias, contados, da notificação do Contratante, a assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - e de termo específico junto à CEF, que permita ao Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Contratante, conforme indicado no referido Termo.

8.4.6 - Ocorrendo o descumprimento do prazo estipulado no subitem anterior, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para cumprir a obrigação. Permanecendo o descumprimento, fica a Contratada sujeita ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (três décimos por cento), calculada à base de juros compostos, limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.4.7 - Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

8.4.8 - A abertura e manutenção da conta-depósito vinculada serão isentas de tarifas bancárias, conforme consta do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF.

8.4.9 - A Contratada poderá:

8.4.9.1 - solicitar, durante a execução do Contrato, autorização do Contratante para resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem 8.4.1, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante, e que apresente:

- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo), folha de pagamento de 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito em conta-corrente dos empregados;
- b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado com mais de 01 (*um*) ano de serviço: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) devidamente homologado pelo sindicato da categoria, com a comprovação de depósito em conta corrente dos empregados, observando o disposto no artigo 477 da CLT, bem como a Portaria do MTE n. 1.057, de 6/7/2012, e comprovante dos depósitos do INSS e do FGTS, este último acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;
- c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

8.4.9.2 - movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - diretamente para a conta-corrente dos empregados, exclusivamente para pagamento das verbas trabalhistas contempladas nas



TRF2CAP202407589

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



rubricas do artigo 4º da Resolução CNJ nº 169/2013, alterada pelas Resoluções n.ºs 183/2013, de 24/10/2013, 248/2018, de 24/05/2018, 301/2019, de 29/11/2019 e 523/2023, de 22/09/2023 do mesmo Conselho, e pela Instrução Normativa CJF-INN-2016/00001, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante, e que apresente:

- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: aviso de férias e espelho da folha de pagamento do 13º salário;
- b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT, homologado, se exigível) e guia de recolhimento com o valor do FGTS e sua respectiva multa;
- c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada, comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

8.4.9.3 - Nas hipóteses no subitem 8.4.9.2, a Contratada deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 e 13º e TRCT, homologado, quando for o caso), no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do pagamento ou da homologação pelo sindicato, observado o disposto na Portaria do MTE n. 1.057/2012.

- a) Após a comprovação indicada no subitem anterior, o Contratante poderá autorizar o resgate dos valores correspondentes à incidência previdenciária e FGTS, sobre os valores movimentados.

8.4.10 - O pedido da Contratada deverá conter, além dos documentos citados no subitem 8.4.9.3, planilha com os valores a serem resgatados ou movimentados da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - nas proporções que foram destacadas para cada empregado durante a vigência do Contrato.

8.4.11 - O resgate dos recursos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - previsto no subitem anterior dar-se-á somente após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias e mediante apresentação à unidade competente do Contratante, dos documentos comprobatórios de que a Contratada efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no subitem 8.4.1.

8.4.12 - O Contratante expedirá autorização de que trata o subitem 8.4.9.1 após confirmado o pagamento das verbas trabalhistas destacadas, e encaminhará a referida autorização à CEF no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.

8.4.13 - Todos os termos da Resolução nº 169, de 31/01/2013, do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções n.ºs 183/2013, de 24/10/2013, 248/2018, de 24/05/2018, 301/2019, de 29/11/2019 e 523/2023, de 22/09/2023 do mesmo Conselho, e da Instrução Normativa CJF-INN-2016/00001 deverão ser observados na execução contratual.

9 - CLÁUSULA NONA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



9.1 – As despesas decorrentes da prestação de serviços objeto deste Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme ITEM 10 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

9.1.1 – Nota de Empenho: _____

9.2 - Na parcela referente ao exercício de 2025, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES:

10.1 – A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no ITEM 21 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

11- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

11.1 - O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

11.2 - Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

11.2.1 - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

11.2.2 - Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

11.2.3 - Acompanhar e aprovar os serviços executados;

11.2.4 – Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas;

11.2.5 - Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do Contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

11.2.6 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

11.2.7 - Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas;

11.2.8 - Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o atesto da fatura para fins de liquidação e pagamento;

11.2.9 - A fiscalização técnica do Contrato avaliará constantemente a execução do objeto utilizando o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme modelo previsto no ITEM 11 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada não produzir os resultados, deixar



de executar, ou executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixar de utilizar matérias e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.3 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

11.4 - A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante, no prazo de 15 (*quinze*) dias, conforme solicitação:

11.4.1 – Extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço - FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da Contratada;

11.4.2 - Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Órgão ou Unidade contratante; cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) de qualquer mês da prestação dos serviços ou ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários;

11.4.3 - Os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

11.4.4 - Os comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei;

11.4.5 - Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada.

11.5 - A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante no início e no término da execução contratual, ou em caso de admissão/demissão de empregados:

11.5.1 - No primeiro mês da prestação dos serviços:

a) Até 1 (*um*) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF;

b) Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências do Contratante de empregados não inclusos na relação;

c) Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização;

11.5.2 - Até 15 (*quinze*) dias, após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novo empregado, a Contratada deverá apresentar cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais das CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, e dos exames médicos admissionais dos empregados da Contratada.

11.5.3 - Até 10 (*dez*) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), em relação aos empregados que forem demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do contrato, a Contratada deverá apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em



cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados pelo sindicato da categoria, se exigível;
- b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido;
- d) A Contratada está obrigada a oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS sempre que solicitado pela fiscalização;
- e) Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a Contratada terá o prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados a partir do recebimento de diligência da fiscalização, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente;
- f) O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da Contratada em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

12.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2024, e seus Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX;
- b) Proposta datada de ____/____/2024, conforme documento nº TRF2-CAP-2024/____, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados;

12.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

13.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de **01 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

13.2 - A pelo menos 60 (sessenta) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que se manifeste, dentro de 03 (três) dias contados do recebimento da consulta, sobre seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

13.3 – Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.



13.4 - A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

13.5 – Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Sétima do presente Contrato.

13.6 - Após o prazo de vigência inicial, o Contrato poderá ser prorrogado por meio de aditamento, nos termos supracitados, desde que preenchidos, cumulativamente, a cada prorrogação, os seguintes requisitos:

13.6.1 - os serviços tenham sido prestados regularmente;

13.6.2 - a Contratada não tenha sofrido punição de natureza pecuniária por mais de 03 (três) vezes no Contratante, a cada período de vigência do Contrato;

13.6.3 – O Contratante tenha interesse na continuidade dos serviços;

13.6.4 - o valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para o Contratante;

13.6.5 - a Contratada concorde com a prorrogação.

13.7 - A vantajosidade econômica para a prorrogação do Contrato, mencionada no subitem 13.6.4 desta Cláusula, estará assegurada, dispensando-se a realização de pesquisa de preços, quando:

13.7.1 - houver previsão contratual de que as repactuações dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuadas com base em convenção ou acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou lei, previamente definidos no Contrato;

13.7.2 - houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos, materiais e equipamentos serão efetuados com base em índices oficiais de preços, previamente definidos no Contrato.

13.8 - Nos contratos de serviços terceirizados de natureza continuada, os custos fixos ou variáveis não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados, mediante negociação e como condição para a renovação.

13.8.1 - A parcela mensal a título de Aviso Prévio Trabalhado será no percentual máximo de 1,94% no primeiro ano, nos termos dos Acórdãos TCU nº 1904/2007 e 3006/2010, ambos do Plenário.

13.8.2 - Em caso de prorrogação do Contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do aditivo de prorrogação do ajuste, conforme ditames da Lei 12.526/2011.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS:

14.1 – A fiscalização do Contrato acompanhará o desempenho da Contratada com base nas obrigações e forma de execução, descritas neste Contrato e no Edital do Pregão



Eletrônico mencionado no preâmbulo. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR, o qual define objetivamente níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

14.2 - O não atendimento do IMR e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas neste Contrato e no Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo..

14.3 - Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas. A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do IMR obedecerá às Tabelas 01 e 02, constantes do ITEM 11 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS:

16.1 - A presente Cláusula tem por objeto atender aos dispositivos consignados na Lei nº 13.709/2018, e nas Resoluções nº 363 de 12/01/21 do CNJ e nº TRF2-RSP-2022/00031 de 01/04/2022 deste E. Tribunal.

16.2 – DOS AGENTES DE TRATAMENTO:

16.2.1 - Para efeitos de proteção dos dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato o Contratante e a Contratada assumem as obrigações de controladores de dados, na forma de controladoria conjunta, dada a convergência das finalidades do tratamento de dados pessoais no âmbito contratual.

16.3 – DAS OBRIGAÇÕES:

16.3.1 - As Partes obrigam-se a tratar os dados pessoais coletados de acordo com a legislação vigente aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei nº 13.709/2018, a Lei nº 12.965/2014 e o Decreto nº 8.771/2016 (Marco Civil da Internet), no que couber.

16.3.2 – Ficam as Partes obrigadas a adotar medidas de segurança, técnicas e organizacionais apropriadas contra o tratamento de dados não autorizado ou ilegal, a perda, a destruição acidental ou eventuais danos aos dados pessoais, incluindo as medidas estabelecidas em Políticas de Privacidade compatíveis com os ditames da lei (artigo 46, da LGPD).



16.3.3 – As partes garantem que:

- a) o tratamento de dados pessoais será feito conforme as hipóteses previstas nos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.
- b) o tratamento de dados pessoais será limitado às atividades necessárias ao alcance das finalidades da contratação, vedado às partes a utilização e/ou o compartilhamento dos dados pessoais para finalidade diversa, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal (artigo 6º incisos I, II e III, artigo 7º, § 3º da LGPD).
- c) o eventual compartilhamento dos dados pessoais com outras empresas ou pessoas, na forma acima, deve se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual ou conforme as hipóteses previstas nos arts. 7º, 11, 14 e/ou 23 da Lei 13.709/2018.
- d) será mantido registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizam para a execução deste contrato. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, toda informação e documentação necessárias para demonstrar cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato ou na legislação pertinente.

16.3.4 - A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados, servidores e/ou colaboradores acerca das obrigações e condições acordadas neste instrumento contratual, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujas regras deverão ser aplicadas ao tratamento dos dados pessoais por eles realizados. A CONTRATADA responsabiliza-se por eventuais descumprimentos.

16.3.5 - A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE relativos aos dados pessoais, em caso de desligamento do empregado, servidor e/ou colaborador das atividades inerentes à execução deste Contrato.

16.3.6 - As Partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares, nos termos previstos na LGPD e na legislação de regência, e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, do Ministério Público, Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e demais órgãos de controle.

16.3.7 - A CONTRATADA deverá comunicar por escrito ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de qualquer incidente que implique risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, apresentando as informações descritas nos



TRF2CAP202407589

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



incisos do § 1º do art. 48 da LGPD, cabendo ao CONTRATANTE as demais obrigações de comunicação previstas no referido artigo.

a) A CONTRATADA poderá enviar informações de forma gradual somente no caso em que não disponha imediatamente de todas as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD.

16.3.8 - Em caso de subcontratação, a CONTRATADA garante a assunção das obrigações referentes à proteção de dados pessoais pela subcontratada, devendo os serviços prestados por esta ser executados de acordo com o disposto neste contrato. A CONTRATADA assume responsabilidade administrativa e civil pelos atos por praticados pela subcontratada.

16.4 – DA RESPONSABILIDADE:

16.4.1 - Eventual responsabilidade das Partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e em consonância com as disposições constantes da Seção III, Capítulo VI da LGPD.

16.4.2 - As Partes responderão administrativa e judicialmente se causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares dos dados pessoais tratados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD e à legislação de regência.

16.5 - DO TÉRMINO DO TRATAMENTO:

16.5.1 - Encerrada a vigência do Contrato ou sendo verificado que os dados pessoais deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade, as Partes se comprometem a eliminar todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal, exercício regular de direito ou outra hipótese prevista na LGPD ou na legislação pertinente.

16.5.2 - Na hipótese de ajuizamento de ação trabalhista, as partes estão autorizadas a guardar os dados pessoais até o trânsito em julgado ou, sendo o caso, até a quitação dos valores devidos.

16.5.3 - A eliminação dos dados abrange todas as cópias existentes, em formato digital ou físico.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

17.1 – O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações da Lei nº 9.069 de 29/06/95 e Lei nº 10.192 de 14/02/2001.



17.2 – A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até o limite de 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato que se fizerem nas obras, nos serviços e nas compras, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamentos, o limite para os acréscimos será de 50% (*cinquenta por cento*), de acordo com o estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/21.

17.3 – As alterações unilaterais a que se refere o item 17.2 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

17.4 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20091-007, endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

17.5 – Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos valores devidos pelos serviços prestados.

18 – CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA EXTINÇÃO:

18.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 14.133/2021.

18.2 - O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.

18.3 - A extinção mencionada no item anterior será formalmente motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.



TRF2CAP202407589

SIGA



TRF2EDT202400023A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº ____/2024 – fundamentado na Lei nº 14.133/2021

Proc. nº TRF2-EOF-2023/00269

20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Presidente

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

Contrato nº TRF2-CON-2023/ ____ – Empresa contratada (ptj)

MINUTA

Pág. 22



Autenticado com senha por NADIA MARIA DA CUNHA GALVÃO - Assistente III / DCONT - 19/03/2024 às 16:23:31.
Documento Nº: 4052331-2434 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4052331-2434>

SIGA



TRF2CAP202407589



TRF2EDT202400023A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 22/03/2024 às 17:12:57.
Documento Nº: 3918493.35538769-6634 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3918493.35538769-6634>

SIGA